UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA- POSGRAP

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- NPGEO

ÍTALA SANTANA SOUZA

MANDIOCULTURA, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2011

ÍTALA SANTANA SOUZA

MANDIOCULTURA, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia sob a orientação da Profª Drª Josefa de Lisboa Santos.

CIDADE UNIVERSITÁRIA PROFº JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Souza, Ítala Santana

S729m Mandiocultura, produção do espaço e pequena produção familiar no município de Lagarto/SE / Ítala Santana Souza. – São Cristóvão, 2011.

118 f. ; il.

Dissertação (Mestrado Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

Orientador: Profª. Drª. Josefa de Lisboa Santos

1. Mandiocultura – Lagarto (SE). 2. Agricultura familiar – Lagarto (SE). 3. Trabalhadores rurais – Lagarto (SE). I. Título

CDU: 633.493

MESTRANDA

ÍTALA SANTANA SOUZA

ORIENTADORA

PROFª. DRª. JOSEFA DE LISBOA SANTOS

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Profª . Drª. Josefa de Lisboa Santos

Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGEO

1ª Examinadora - Profª Drª Vera Lúcia Alves França

Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGEO

2ª Examinadora – Profª Drª Corália Maria dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS/SE

São Cristovão/SE, _____, _____ de 2011

Com muito amor e saudades, dedico este trabalho às memórias de meu pai Ioran Batista de Souza e da minha “voinha” Joana Fernandes Santana que se foram durante a realização da dissertação - amarei vocês eternamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus todo poderoso, por sempre estar do meu lado, por atender a todas as minhas preces e me fazer entender que é nos momentos mais difíceis de nossas vidas que conseguimos encontrar as maiores forças para continuar e superar os obstáculos e os males que nos cercam.

Meus pais, Ioran Batista de Souza (em memória) e Maria Clarete Fernandes Santana, que com seus esforços, erros e acertos, me ensinaram muito e fizeram-me uma pessoa digna. Muito obrigada, a Dissertação é para vocês: os amo muito!

Meu filho, Yuri Felipe, que há quatorze anos surgiu como um divisor de águas na minha vida, dando um novo sentido e muitas vezes sendo a minha força para conquistar o que parecia impossível. Filho, sua existência, amizade e amor me fizeram terminar o mestrado. Obrigada, meu amor por você é incalculável.

Ao meu marido e companheiro Diego Ferreira da Silva, que chegou á minha vida como um amor enviado por um “anjo” e predestinado a me fazer feliz, de maneira simples, mas plena. Obrigada Diego, pelo marido e, principalmente, pelo grande homem que você é. Obrigada por participar de todas as situações da minha vida, apoiando-me e amando. Que Deus continue nos abençoando sempre. Amo muito você!

Meus irmãos, Gustavo e Itânia, obrigada por vocês existirem. Tantas lutas, sofrimentos e privações que passamos só ressaltam a importância dessa conquista. Taninha, companheira de tantos momentos difíceis e felizes, hoje sei que somos mais fortes do que imaginamos, não é mesmo irmã? Obrigada, te amo! Dedico também essa conquista aos meus sobrinhos, Cecília e Edgar, a minha cunhada Guiomar, que só por existirem já me fazem feliz. Amo todos vocês!

Aos alunos de Geografia da Fjav que sempre me apoiaram, em especial: César e Marcelo do 3º período e Elaine (Magali) e Andréia (Dedéia) do 6º período de Geografia, por me ajudarem no trabalho de campo e por serem companheiros

e amigos, sempre. A vocês a minha eterna gratidão! Obrigada também a Samuel, do povoado Colônia Treze, pela valorosa ajuda e sugestões no trabalho de campo. Vocês são maravilhosos!

Chegou a hora de agradecer aos meus professores da graduação da UFS e do NPGEO, a todos meu muito obrigada pela formação de qualidade que levarei comigo, vocês são espelhos para minha vida profissional. Em especial a minha amada, a qual considero “mãe acadêmica”, professora Vera Lúcia Alves França, brigando e/ou elogiando quando necessário, por todos os momentos de crescimento que me proporcionou desde o ano de 1994 no CNPq juntamente com o professor José Alexandre Felizola Diniz, meu estimado orientador também na graduação e no Mestrado. Obrigada mestres, nunca vou esquecê-los.

Obrigada a minha paciente amiga e eficiente orientadora Josefa de Lisboa Santos que nunca desistiu de mim. Apesar de extremamente ocupada e profissional, nunca me abandonou e sempre buscou o melhor caminho para a defesa desta dissertação. Muito obrigada Professora Josefa, tenho muito carinho e gratidão por tudo que fez por mim. Deus te abençoe sempre!

A minha amiga e companheira da turma do Mestrado, Márcia Maria dos Santos Santiago, obrigada querida, pois sem sua valorosa ajuda e constantes palavras de apóio e encorajamento teria sido muito mais difícil. Gosto muito de ti!

Aos entrevistados no campo, nos povoados Açu Velho, Açuzinho, Colônia Treze, Brasília e Boa Vista do Urubu, gente humilde de sabedoria imensa. Principalmente a alguém que nunca vou esquecer pela grandeza da alma e simplicidade da vida: D. Maurina. Meu muito obrigada, a senhora, sem saber, escreveu comigo esse trabalho. Deus te abençoe!

A Hunaldo Lima pela elaboração dos mapas desta pesquisa.

A meu amigo Ademário, pois mesmo sem poder estar por perto, sempre me deu forças. E, não posso esquecer-me de Everton, secretário do NPGEO, alguém que considero grande amigo e companheiro dessa longa jornada.

Bem, a todos que participaram de forma direta e indireta da presente pesquisa científica. Obrigada!

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares.

Milton Santos

RESUMO

Este estudo analisa as transformações da/na mandiocultura no município de Lagarto/Se e seus rebatimentos na produção do espaço e na reprodução das famílias que trabalham com essa atividade. Para a realização do estudo foram aplicados 70 questionários divididos por cinco povoados Açu Velho, Açuzinho, Colônia Treze, Brasília e Boa Vista do Urubu, coleta de informações secundárias de censos agropecuários e produções agrícolas municipais de variados anos e também revisão da literatura sobre o tema. A partir de uma análise fundamentada na explicação de como o espaço vai sendo produzido pelas ações humanas e de como este se constitui um campo de forças cuja energia é a dinâmica social, observou-se que o espaço rural lagartense encontra-se marcado pela inserção contraditória do capital. Entretanto, na realidade dos povoados visitados percebe-se, concomitantemente, o avanço das unidades produtivas com base no trabalho familiar. Na área de estudo, essas unidades resistem cultivando, sobretudo, a mandioca, produto que vem se expandindo há mais de uma década em detrimento de outras culturas tradicionais no município, como a laranja e o fumo. Desta forma, considera-se que o capital monopoliza o território lagartense ao apropriar-se do excedente das unidades familiares redefinindo desde a produção, até as relações sociais e de produção. Por sua vez, os pequenos produtores familiares procuram formas de permanência no campo através da diversificação da produção, plantando outras culturas, como a acerola e o maracujá (produtos de fácil aceitação no mercado) e da venda temporária de sua força de trabalho dentro ou fora da agricultura, fatores que confirmam a força destes sujeitos na criação e recriação de formas de resistência na terra.

Palavras-chave: Mandiocultura, produção do espaço, pequena produção familiar.

ABSTRACT

This study examines the changes in/of the cassava culture in the city of Lagarto-SE, as well as its repercussions on the production of space and on the reproduction of the families which work with that activity. For this study achievement 70 questionnaires were applied, divided by the villages of Açu Velho, Açuzinho, Colônia Treze, Brasília and Boa Vista do Urubu, and secondary information gathering about the municipal livestock census and agricultural production regarding various years and also literature review on the theme. From an analysis based on the explanation of how the space is being produced by human actions and of how it constitutes a force field whose energy is the social dynamic, it was observed that the rural space in Lagarto city is marked by the contradictory insertion of money. However, in the reality of the villages which were visited it can be noticed, concomitantly to this fact, the progress of the production units based on family labor. In the study area, these units stand in cultivation, especially of cassava, a product that has been expanding for more than a decade at the detriment of other traditional cultures in the city, such as oranges and tobacco. Thus, it is considered that the money monopolizes the territory of Lagarto city and appropriates the family units surplus, redefining, from the production, both social and productive relations. On the other hand, the small family farmers look for some ways to stay in the field through diversification of production, from planting other crops such as acerola and passion fruit (products of easy acceptance on the market), from the sale of their temporary workforce either in or outside agriculture, a factor that confirms the strength of those beings in the creation and recreation regarding the forms of resistance on the soil.

Key-words: Cassava culture, production of space, small family production.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município em estudo 4
Figura 2: Localização dos povoados estudados 5
Figura 3: Origem dos entrevistados 64
Figura 4: Fonte de renda – Lagarto/2011 65
Figura 5: Área dos estabelecimentos – Lagarto/2011 67
Figura 6: Recursos para financiamentos – Lagarto/2011 68
Figura 7: Recursos do PRONAF – Lagarto/2011 69
Figura 8: Técnicas utilizadas – Lagarto/2011 70
Figura 9: Cultivo principal local – Lagarto/2011 72
Figura 10: Uso de sementes selecionadas – Lagarto/2011 74
Figura 11: Mudança de cultivo – Lagarto/2011 74
Figura 12: Principal produto antes da mandioca – Lagarto/2011 75
Figura 13: Produção de mandioca no povoado Açu Velho 77
Figura 14: Propriedade com produção de acerola 78
Figura 15: Produção de maracujá no povoado Colônia Treze 78
Figura 16: Casa de farinha elétrica 80
Figura 17: Farinha ensacada para venda no pov. Colônia Treze 80
Figura 18: Casas de farinha – Lagarto/2011 82
Figura 19: Cultivos da área – Lagarto/2011 83
Figura 20: Venda de mandioca para casas de farinha no Açuzinho 84
Figura 21: Venda da produção – Lagarto/2011 84
Figura 22: Áreas que cultivam mandioca – Lagarto/2011 86
Figura 23: Destino da produção – Mandioca Lagarto/2011 87

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Área colhida dos principais culturas – Lagarto/Se 2001/2006 9

Tabela 2: Produção das principais culturas – Lagarto/Se 2001/2006 10

Tabela 3: Efetivo da pecuária de Lagarto/Se 2001/2006 10

Tabela 4: Produção das principais culturas Lagarto/Se 2007/2009 11

Tabela 5: Variação relativa da utilização das terras em Lagarto/Se 96/2006..... 12

Tabela 6: Mandioca em raiz – produção mundial 1970-2007..... 42

Tabela 7: Mandioca – principais estados brasileiros 48

Tabela 8: Variedades de mandioca mais utilizadas em Lagarto/Se..... 73

Tabela 9: Levantamento do nº de casas de farinha – Lagarto/Se 2008 81

ÍNDICE DE SIGLAS

ABAM – Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca

APL – Arranjos Produtivos Locais

BANESE – Banco do Estado de Sergipe

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPERTREZE – Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze

DEAGRO – Departamento Agropecuário de Sergipe

DERAL – Departamento de Economia Rural

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IAC – Instituto Agronômico de Campinas

IAPAR – Instituto Agronômico do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PDT – Plano de Desenvolvimento Territorial

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Sergipe

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS V

EPÍGRAFE VII

RESUMO VIII

ABSTRACT..... IX

ÍNDICE DE FIGURAS X

ÍNDICE DE TABELAS XI

ÍNDICE DE SIGLAS XII

SUMÁRIO XIII

I INTRODUÇÃO 1

1.1 Conhecendo a área de estudo 6

II CAPÍTULO I

2.0 A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO 16

2.1 A produção do espaço pelo capital 16

2.2 Das transformações do/no espaço à produção do espaço rural brasileiro.. 22

2.3 Reflexões sobre as implicações da expansão capitalista no campo 27

2.3.1 O desenvolvimento rural em discussão 31

III CAPÍTULO II

3.0 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA MANDIOCULTURA 40

3.1 A propriedade camponesa no Brasil e a mandiocultura 43

3.2 A mandiocultura na produção do espaço sergipano e lagartense: a pequena produção familiar 48

3.3 O ordenamento territorial da atividade agrícola no campo sergipano: os pacotes tecnológicos e as mudanças no espaço agrário 50

3.3.1 Políticas públicas para o campo sergipano e lagartense no contexto neoliberal 55

IV CAPÍTULO III

4.0 DINÂMICA SÓCIO-ECONÕMICA DAS COMUNIDADES ESTUDADAS E O PAPEL DA MANDIOCULTURA NA REPRODUÇÃO SOCIAL 63

4.1 As diferentes forma de organização da pequena produção familiar na área de estudo 64

4.2 A importância da mandiocultura na reprodução social das comunidades pesquisadas 71

V CONSIDERAÇÕES FINAIS 90

VI REFERÊNCIAS 94

APÊNDICE 99

I - INTRODUÇÃO

Florescem belas campinas,
São tardes de passear.

Ver entre as ramas floridas
Nas várzeas vultos sutis
De donzelas destemidas
Voejando aos cambuís,

São coisas da minha terra,
Encantos dos meus sertões;
...
(ROMERO, Sílvio. A caça aos cambuís)

O estudo sobre a produção do espaço perpassou toda a história do pensamento geográfico, mas sua delimitação foi mais veemente a partir do movimento de renovação da geografia, em meados do século XX.

Para a geografia crítica, o espaço reaparece como conceito chave e é considerado o palco principal da reprodução da sociedade (relações sociais de produção).

A percepção de como o espaço se desenvolve e vai sendo produzido a partir da ação humana orientada pelas relações de produção capitalistas, conforme observado pela geografia crítica, norteia as preocupações desta pesquisa.

As discussões sobre espaço rural exigem que se leve em conta as complexas e heterogêneas relações de produção que se estabelecem no campo. Os atores sociais envolvidos nesse processo são inúmeros, tais como: trabalhadores volantes, posseiros, trabalhadores sem-terra e pequenos produtores familiares.

Os pequenos produtores se destacam pelas variadas maneiras de produzir, de viver no campo e de organizar o trabalho familiar, e também pela sua relação com a terra, com as esferas do poder local, com o mercado, as rendas recebidas e as características da propriedade. Isso significa dizer que as dinâmicas

socioeconômicas da produção familiar são construídas de acordo com as diferentes formas de arranjo da propriedade.

Nesta pesquisa, tem-se como objetivo traçar um panorama das alterações ocorridas no espaço rural do município de Lagarto, no estado de Sergipe, a partir da mandiocultura, atividade tradicional que nos últimos anos vem sofrendo redução em virtude dos avanços das forças produtivas naquele município, da incorporação de tecnologia em outras culturas agrícolas e ainda de culturas que representam maior lucratividade para o capital, implicando em alterações do/no espaço geográfico.

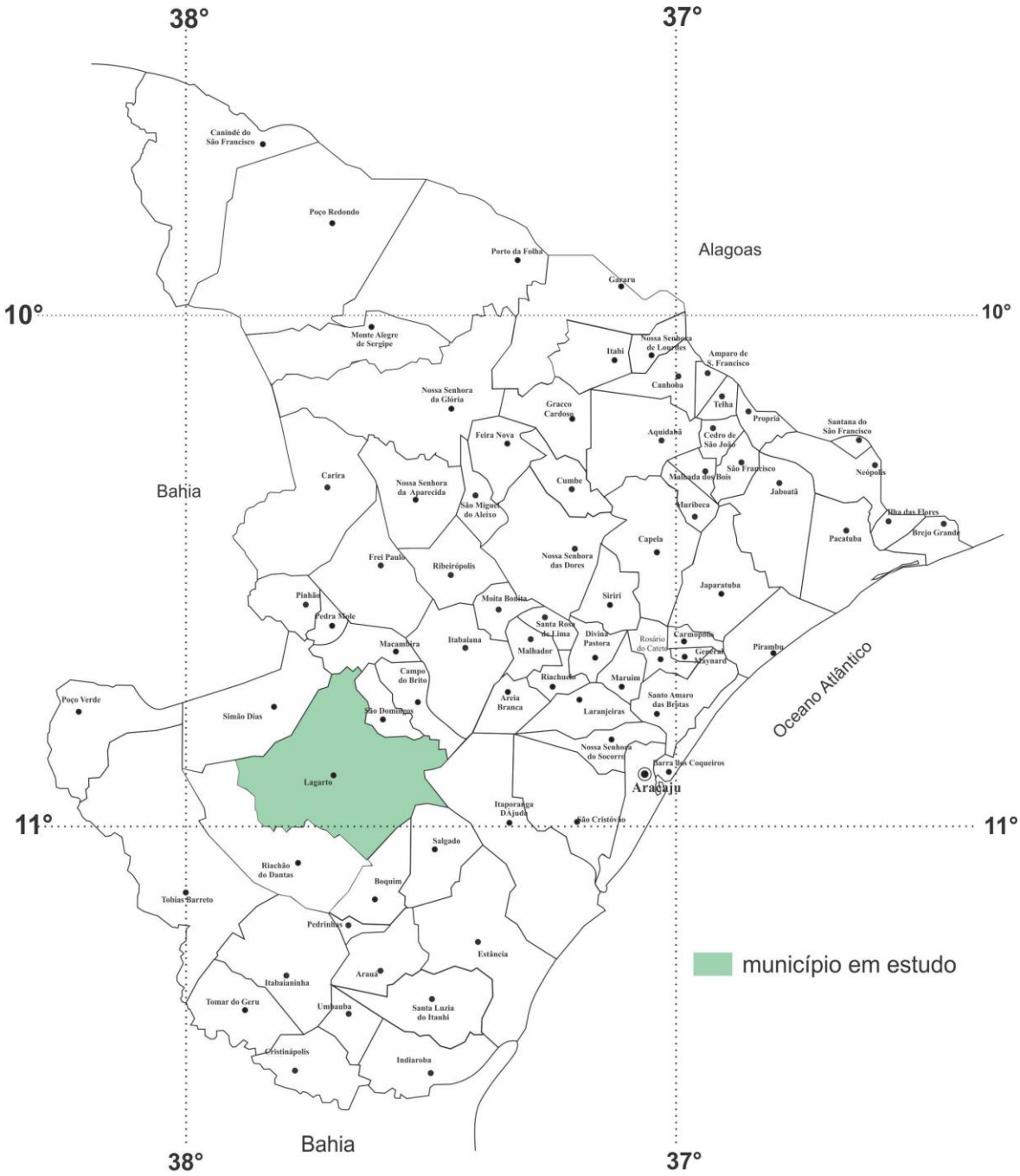
Como área de estudo foi escolhido o município de Lagarto, considerando que este município apresenta um contexto de atividades econômicas diversificado, pois é tradicionalmente pecuarista e importante policultor local e regional, além de ser o maior produtor estadual de mandioca, atingindo, no ano de 2009, 8000 ha de área plantada e colhida com o produto[1] (figura 1).

Para a pesquisa de campo, optou-se por investigar as comunidades rurais Açuzinho, Açu Velho, Colônia Treze, Brasília e Boa Vista do Urubu, onde, na maioria dos estabelecimentos, a produção da mandioca está presente (figura 2).

Foram aplicados 70 questionários com pequenos produtores das comunidades, totalizando 20 na Colônia Treze, 15 no povoado Brasília, 10 no povoado Açu Velho, 15 no povoado Boa Vista do Urubu e 10 no povoado Açuzinho no período entre o final de abril e o início do mês de maio de 2011. A pesquisa de campo, segundo Dirce Maria Antunes Suertegaray (2002) constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições e as revela, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais,

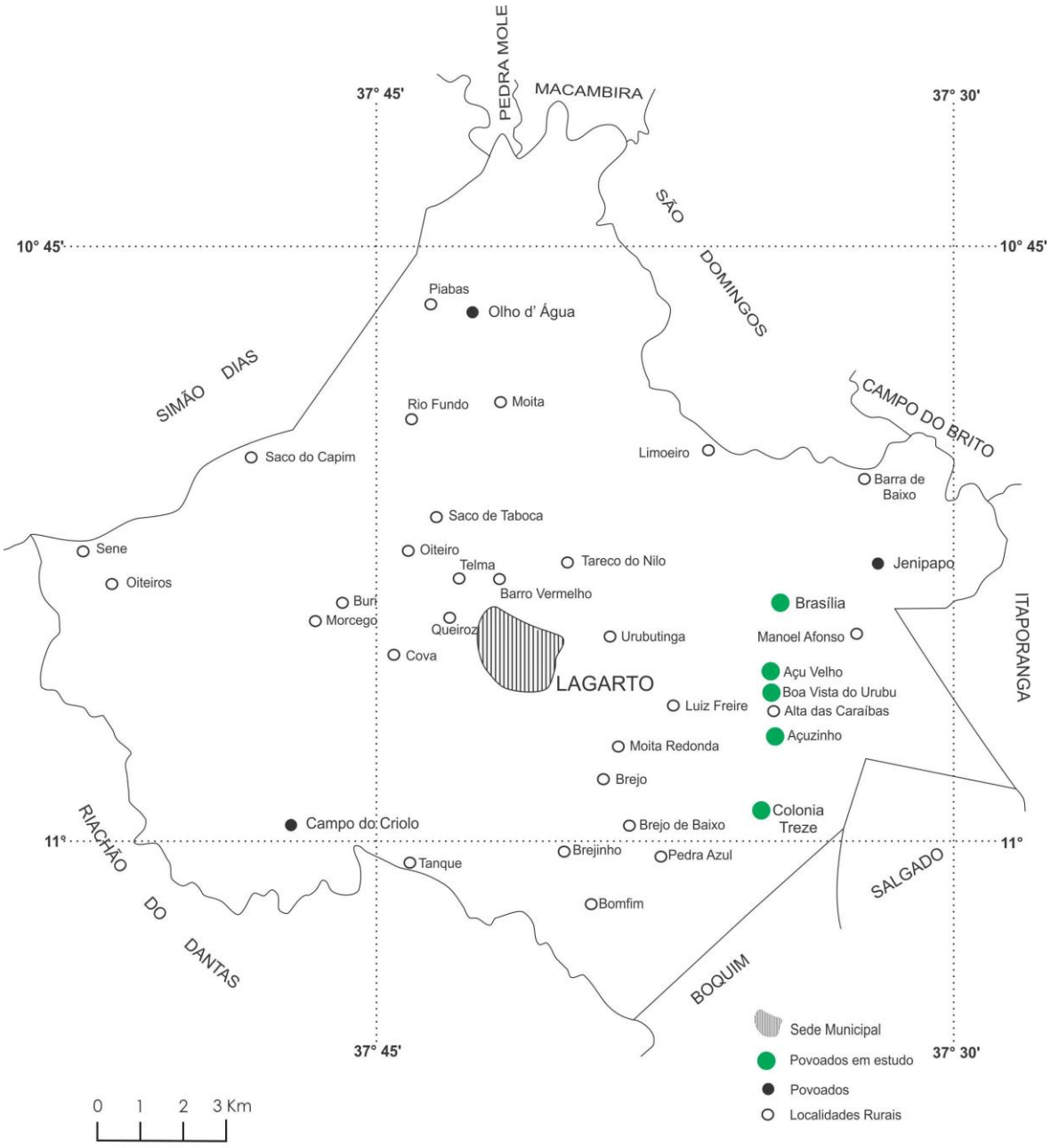
[1] Segundo dados da Produção Agrícola Municipal de 2009, IBGE, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.



Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 01: Localização do município em estudo, Estado de Sergipe, 2011.



Fonte: Trabalho de campo.
Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 02: Localização dos povoados estudados, Município de Lagarto, 2011.

1.1Conhecendo a área de estudo:

A ocupação do território de Lagarto remonta à segunda metade do século XVI. A segunda fase da ocupação tem início por volta de 1596, com a distribuição de sesmarias aos seus donatários[2]. Com elas nasceu o povoado de Santo Antônio, cujo artífice principal foi Santana, que aí construiu uma igrejinha, inaugurada em 13 de junho de 1604, contava com as imagens de Nossa Senhora de Santana e Nossa Senhora da Conceição. Plantava-se no solo lagartense, um dos instrumentos do colonizador: a fé, simbolizada na igrejinha que, ao lado do carro de boi, compõe o binômio originário de centenas de localidades nordestinas ao longo dos anos.

Em 1604, às margens do Riacho Urubutinga, estabeleceu-se Muniz Álvarez, outro nome importante na fundação de Lagarto, pois, juntamente com sua família dedicava-se à criação de gado, foi o responsável pela fundação de grandes fazendas de gado na região (SERGIPE, 2008)[3]. Foram surgindo os primeiros engenhos de açúcar, além do cultivo de algodão, milho e feijão. Mas a

[2] Entre os donatários estão Gaspar de Menezes, Gaspar d'Almeida, Domingos Werneck Nobre e Antônio Gonçalves de Santana, este último, um dos fiéis soldados de Cristóvão de Barros, conquistador português que invadiu Sergipe em 1590. Por volta de 1.575, se deslocaram para aquela área, atendendo ao pedido dos índios Kariris (habitantes das margens dos rios Jacaré e Piauí-Açu), dois missionários da equipe de Manuel da Nóbrega, os Jesuítas João Solônio e Gaspar Lourenço, acompanhados de cerca de 20 soldados. Com a ajuda dos silvícolas[2], os Jesuítas fundaram na margem do Rio Jacaré uma igrejinha chamada de São Tomé, o Apóstolo. Governava o Brasil nessa época Luís Brito de Almeida que, às voltas com a escassez de mão-de-obra para a agricultura em Salvador, mandou aprisionar os índios e atear fogo nas malocas. Das lutas, além da morte do cacique Surubim, resultou o aprisionamento da maioria dos homens. Os poucos que conseguiram escapar das tropas do Governador Geral refugiaram-se na Serra do Canguim, hoje Fazenda Mussurepe (ENDAGRO/SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA. Informações Básicas Municipais – Município de Lagarto, 2008).

[3] Em 1645, ocorreu um desastre. Naquele ano, parte da população foi dizimada pela varíola, batizada de "Bexiga de Santo Antônio". Embora não haja registros exatos do número de vítimas, alguns cronistas afirmam ter perecido num só dia mais de 200 pessoas. Os frades carmelitas que habitavam o Convento dos Forrós dos Palmares correram em socorro dos doentes, transportando-os para o local onde hoje se localiza a Praça Nossa Senhora da Piedade, ponto central da futura cidade de Lagarto. Os sobreviventes da epidemia de Santo Antônio reorganizaram-se no novo local, construindo suas casas de moradias. Os religiosos franciscanos fundaram então no lugar denominado Horta, atrás de onde hoje funciona o Parque de Exposições, o Convento de Santa Cruz da Horta. O sítio ficou em poder da ordem até 1916, quando foi vendido a Sérgio Quartel, por Frei Barantera, Superior da Ordem. Foram inaugurados a Igreja Matriz e o Cemitério com a Capela do Rosário dos Pretos de São Benedito. Já em 1674, era criado o Corpo de Infantaria e Ordenança, tendo como comandante o Capitão Belchior Moreyra. Essa corporação desempenhou papel relevante no combate aos negros fugitivos dos quilombos que atacavam os comerciantes que negociavam com os moradores das fazendas e sítios das localidades.

colonização centralizava-se em duas atividades principais: a cana-de-açúcar e a criação de gado. O desenvolvimento agrícola do algodão e da cana-de-açúcar, o crescimento do comércio e a criação de gado animaram o aumento do núcleo populacional.

O crescimento do povoado culminou com a criação da freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade de Pedra do Lagarto, por decreto episcopal de 11 de dezembro de 1679[4]. Territorialmente, a freguesia era das maiores do estado, compreendendo toda a área da margem direita do Rio Vaza Barris (A outra margem era o domínio da Freguesia de Santo Antônio de Itabaiana).

Em 1698, a Coroa portuguesa determinou que a freguesia se tornasse oficialmente Vila do Lagarto. A região onde se situava a Vila do Lagarto foi ocupada através da pecuária, atividade essa que, segundo Maria Thétis Nunes (1996), serviu para reforçar o abastecimento do recôncavo baiano. Ainda segundo a autora, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, como a maioria das vilas da capitania de Sergipe Del'Rei, tinha uma população bastante dispersa no século XVIII, pois a maior parte das pessoas vivia na área rural, em sítios e fazendas. Nesse período, Lagarto era a segunda vila mais populosa.

Segundo Marco Antonio Souza (1942), no início do século XIX, a Vila, por se localizar numa área central do território da capitania, era também ponto de passagem de mercadorias, boiadas, tropeiros, viajantes e comerciantes. Nesse mesmo período, os moradores já estavam envolvidos no cultivo da mandioca, milho e feijão, tendo a pecuária como principal atividade econômica[5].

Diana Maria do Faro Diniz (1991, p.173) ressalta que "no final do século XVIII Lagarto distinguia-se das demais áreas como maior centro exportador da capitania". O gado era vendido em grande quantidade para a Bahia e

[4] Posteriormente foram desmembradas de seu território as áreas que hoje constituem, dentre outros, os municípios de Boquim, Riachão do Dantas e Simão Dias, além dos municípios de Jeremoabo, Itapicuru e Inhambupe, hoje pertencentes ao Estado da Bahia.

[5] De 1830 a 1860, a poderosa Vila do Lagarto sofre três grandes perdas territoriais e econômicas. Em 1834 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora Santana, em Simão Dias. Depois de um ano, Lagarto perde com a criação da Freguesia de Nossa Senhora Santana da Lagoa Vermelha, hoje o município de Boquim e em 1855, nasce dentro do território da Vila do Lagarto a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, hoje, o município de Riachão do Dantas. A recuperação do município só veio depois de 1930, sendo até hoje um dos mais prósperos do estado.

Pernambuco, com a finalidade de abastecer e mover os engenhos[6]. Ainda segundo a mesma autora, também "as culturas cerealíferas e de tubérculos – feijão, milho e mandioca – representavam já grande destaque no século XVIII e XIX", principalmente nas regiões que hoje representam o Agreste de Itabaiana e o Agreste de Lagarto (Ibid, p. 68).

Na década de 1980, as culturas com maior área plantada no município eram o fumo (2.129 t), a laranja (229.047 mil frutos) e a mandioca (48.575 t)[7], sendo essa última, uma cultura de subsistência. Essa década marca uma fase áurea da mandioca no município de Lagarto. Os altos preços do produto alcançados no mercado interno e externo, à assistência contínua de órgãos como a EMATER/SE (hoje, ENDAGRO) e o crédito rural fornecido pelo Banco do Brasil através da agência local marcam algumas das razões dessa fase de desenvolvimento para o município e também para a região Centro-Sul do estado.

O Censo de 2010 aponta para Lagarto uma população de 94.852 habitantes distribuídos entre um contingente urbano de 48.889 (51,54%) e o rural de 45.963 (48,46%)[8]. Com uma área de 969,22 Km² de extensão, o município, de acordo com Santos (2009, p. 34), representa muito bem as características específicas da região de agreste, pois possui duas faixas bem distintas: a leste da sede municipal o clima tem pluviosidade entre 1000 e 1400 mm anuais caracterizando um clima semi-úmido e propiciando a policultura; já a oeste da sede municipal ocorre a transição para o semi-árido do estado, dessa forma, a pluviosidade apresenta um decréscimo e os índices estão entre 600 e 1000 mm anuais, as grandes propriedades são maioria e a principal atividade é voltada para a pecuária.

[6] Para Corália Maria dos Santos (2009) embora a pecuária tenha sido o sustentáculo econômico em todo o estado de Sergipe, houve uma valorização do açúcar no comércio mundial e tanto as terras férteis do litoral quanto as pouco férteis do agreste foram tomadas pela atividade canavieira. Porém, a pecuária sempre predominou na região.

[7] Dados referentes ao IBGE, Censo Agropecuário 1980.

[8] Limita-se ao norte com os municípios de Macambira, São Domingos e Campo do Brito, ao sul com Riachão do Dantas, ao leste com Itaporanga D'Ajuda, Salgado e Boquim e a oeste com Simão Dias e Pedra Mole. (IBGE, Fundação. Censo Demográfico de Sergipe. Rio de Janeiro, 2010)

Lagarto apresenta uma economia composta por diferentes atividades, a exemplo da agricultura baseada principalmente nas culturas de maracujá, laranja, mandioca, fumo, feijão, amendoim, fava, milho, banana e batata e de intensa pecuária com destaque para bovinos, equinos e aves.

Tabela 1
Lagarto/SE
Área Colhida (ha) das Principais Culturas

2001/2006

Culturas	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Mandioca	8.000	7.500	7.000	8.200	7.800	8.000
Laranja	5.291	5.331	5.429	5.500	5.400	5.400
Maracujá	2.530	2.530	2.480	2.580	2.000	2.611
Fumo	1.100	800	770	900	1.100	1.100
Amendoim	180	200	190	200	180	160
Batata Doce	160	120	110	120	120	100
Fava	220	195	170	180	150	130
Feijão	1.750	1.540	1.400	1.550	1.480	1.400
Milho	2.800	1.755	1.800	2.100	2.000	2.100
Banana	159	159	169	170	170	...
Coco da baía	309	309	309	314	314	314

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001-2006.

Percebe-se que os cultivos alimentícios cederam espaço aos industriais (laranja e maracujá). Nota-se que apesar da crise da citricultura na década de 1990, a laranja continua a ser um cultivo de grande destaque, porém a mandioca é o cultivo que apresenta as maiores produções no período especificado (tabela 2).

Na produção da pecuária o rebanho que mais se destaca é o de bovinos[9]. Em segundo lugar destaca-se a criação de aves (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos), pois no ano de 2001 eram 237.847 cabeças e em 2006 eram 278.703 cabeças, o crescimento foi de 40.856 cabeças. (tabela 3).

[9] Os bovinos apresentaram um salto de 48.170 cabeças em 2001 para 65.867 cabeças em 2006, com um crescimento de 17.697 cabeças do rebanho total do município.

Tabela 2
Lagarto/SE
Produção (t) Das Principais Culturas
2001 – 2006

Culturas	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Mandioca	144.000	135.000	126.000	155.800	148.200	152.000
Laranja	48.677	71.968	70.577	71.500	70.200	70.200
Maracujá	24.288	24.288	23.808	24.768	24.682	25.066
Fumo	1.520	1.040	1.040	1.170	1.430	1.430
Amendoim	238	260	247	260	234	208
Batata Doce	1.440	1.080	935	1.080	1.080	900
Fava	66	62	77	90	75	65
Feijão	507	693	966	1.105	1.040	893
Milho	1.666	1.386	1.782	2.100	2.000	2.100
Banana	1.298	1.098	2.028	2.040	2.040	...
Coco da baía(*)	392	460	772	785	785	785

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001-2006
(*) Produção em Mil Frutos

Em relação ao efetivo da pecuária temos as seguintes espécies: bovinos de corte e leite, suínos, equinos, asininos, muares, ovinos, caprinos e aves (tabela 3).

Tabela 3
Lagarto/SE
Efetivo da Pecuária
2001 – 2006

Rebanhos e derivados	Efetivos (nº de cabeças)					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bovinos	48.170	5 0.578	49.133	56.490	62.139	65.867
Suínos	2.693	3.915	2.747	2.940	3.034	3.223
Equino	5.168	5.478	5.375	5.805	5.979	6.278
Asinino	310	330	332	346	353	378
Muar	2.360	2.466	2.478	2.565	2.655	2.852
Ovino	6.032	6.395	6.334	6.967	7.315	8.047
Caprino	359	381	376	395	407	440
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	237.847	250.929	243.793	252.955	266.755	278.703
Produção de Ovos de Galinha (1.000 dúzias)	248	304	254	262	275	291
Vacas ordenhadas	6.070	6.374	6.313	6.820	7.195	7.554
Produção de leite de vaca (em 1.000 litros)	3.946	4.143	4.040	4.365	4.606	4.835

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2001 – 2006

A histórica diversidade das atividades econômicas inerentes ao agreste, especificamente ao município de Lagarto, obedece à exigência do mercado, pois segundo Santos (2009, p. 39):

> O Agreste foi tornando-se então, pecuarista, açucareiro, algodoeiro e "celeiro" de cultivos alimentares, um espaço de configuração territorial multifacetado. Mais recentemente, verificam-se mudanças paisagísticas e territoriais, a partir dos cultivos do fumo, da citricultura, principalmente da laranja, e da fruticultura (...)

Tabela 4
Lagarto/SE
Produção (t) das Principais Culturas
2007 – 2009

Culturas	2007	2008	2009
Mandioca	153.900	155.800	152.000
Laranja	70.200	70.308	76.650
Maracujá	25.066	23.059	23.203
Mamão	3.750	3.540	4.140
Fumo	1.365	1.300	1.280
Amendoim	195	169	176
Batata Doce	810	675	585
Feijão	1.090	1.005	908
Milho	2.640	3.000	4.300
Banana	2.040	1.896	1.824
Coco da baía(*)	785	738	738

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2007 – 2009

(*) Produção em Mil Frutos

O município de Lagarto apresenta solos favoráveis para diversas culturas agrícolas, fato preponderante para que atualmente se destaque economicamente na produção de diversas culturas como a mandioca, laranja, maracujá, fumo, amendoim entre outros. Nos anos de 2007 a 2009 a mandioca continua com uma forte expansão no município, apenas com uma leve queda da produção para o último ano apresentado. Os cultivos industriais, a exemplo da laranja e do maracujá, também aparecem com destaque. Outras culturas que igualmente apresentaram considerável aumento nas suas produções no mesmo período foram o mamão (4.140 t) e o milho (4.300 t). (tabela 4).

Quanto a utilização das terras, em Lagarto, no período de 10 anos, pode-se perceber que as áreas com lavouras tiveram uma variação positiva em detrimento às destinadas a pastagem no município, tanto para as lavouras permanentes como para as temporárias, sendo que essa última atingiu um índice de crescimento muito superior às lavouras permanentes. Quanto às áreas com pastagens, essas tiveram uma variação negativa de mais de 20% acompanhando a tendência da área ocupada com estabelecimentos agrícolas do total municipal que chegou a -18,54%. (tabela 5).

Tabela 5
Lagarto/Se
Utilização das Terras
1995/96/2006

Utilização das terras	Estabelecimentos agropecuários					
	1995-96		2006/07		Variação relativa (%)	
	nº	Área (ha)	nº	Área (ha)	nº	Área (ha)
Total	**6.728**	**84.026**	**7.894**	**68.443**	**17,33**	**-18,54***
Lavouras permanentes	2.846	6.079	3.225	6.245	13,31	2,73
Lavouras temporárias	4.773	4.887	5.324	5.614	11,54	14,87
Pastagens	2.324	64.792	2.768	51.640	19,10	-20,29
Matas e florestas	337	3.576	209	2.336	-37,98	-34,67
Produtivas não utilizadas	...	2.595	...	...	...	...

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1995/96 – 2006/07
* Inclusive terras inaproveitáveis.

A cultura fumageira historicamente sempre foi uma das principais características do município de Lagarto, colocando-o recentemente como principal produtor sergipano e com destaque também no país. Em meados de 1990, o fumo passa a ter uma diminuição na produção, devido, entre outras coisas, à situação dos plantadores. Estes, como membros da cooperativa, enfrentam problemas principalmente referentes aos preços e a presença dos atravessadores, que ficam com boa parte do lucro. A cultura do fumo em Lagarto também começa a tropeçar na dependência de empréstimos para a manutenção e financiamento do plantio.

A queda do preço do fumo no mercado nacional torna-o um produto instável para o pequeno produtor, que precisa sustentar sua família. Dessa forma, a maioria deles passa diversificar a produção agrícola na busca de aumentar a renda. Outras culturas, principalmente a mandioca, avançam em relação à cultura do fumo no município.

É nessa direção que o espaço rural lagartense passa a sofrer alterações, tornando-se palco de uma diversificação da produção agrícola em decorrência de fatores adversos: a oscilação de preços agrícolas de certas culturas, as políticas públicas por viabilizarem determinados produtos de interesse do mercado e da pauta de exportações do estado, pacotes tecnológicos que ampliam ganhos de produtividade de culturas específicas e a própria dinâmica do pequeno produtor, que, na busca contínua por sua reprodução, torna-se sujeito da produção do espaço atendendo aos mais variados interesses.

Na luta pela reprodução, o capital infiltra-se no campo, com o propósito de garantir espaço de ampliação de lucro. Quando o capital não consegue monopolizar o território, ou seja, quando não se torna dono da terra, por meio da grande propriedade, impõe aos camponeses que vivam de acordo com seus interesses.

De acordo com Lima e Lisboa (2010), o campo está marcado contraditoriamente pelo processo de territorialização do capital, sobretudo, dos monopólios na medida em que há o desenvolvimento da agricultura capitalista ao abrir possibilidade aos proprietários de terras ou aos capitalistas/proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra.

No entanto, está marcado também pela expansão da pequena produção familiar no qual o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa. Quando o capital não se territorializa, monopoliza o território marcado pela produção camponesa. Na realidade estudada, quando o capital monopoliza o território, recria e redefine relações camponesas de produção familiar nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro povoando o campo e possibilitando o fornecimento de matérias-primas (a mandioca, a laranja, o maracujá, a acerola, etc.) para as indústrias capitalistas além de incentivar o consumo dos bens industrializados no campo.

Esta forma de ser do capital poderá ser vislumbrada na realidade das comunidades estudadas nesta pesquisa, pois no *capítulo um* realiza-se uma discussão acerca da categoria espaço. Considera-se que a noção de espaço é problematizada ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica e sua problematização resulta da necessidade de explicá-la sem perder de vista todas as questões que estão relacionadas à sua produção.

Nesta pesquisa o espaço é compreendido enquanto uma produção da sociedade a partir de interesses múltiplos. Esta forma de ver a categoria permite perceber o espaço agrário como produto de transformações ocorridas pela ação do homem no processo de sua reprodução social. Todavia, sabe-se que as transformações não são temporalmente iguais a todas as sociedades, mas as modificações decorrem das necessidades do capital.

O capítulo dois apresentar uma discussão sobre a produção do espaço pela mandiocultura e sua relação com a pequena produção familiar no estado de Sergipe e no município de Lagarto, além de uma reflexão sobre as políticas públicas e seus pacotes tecnológicos promovendo mudanças no espaço agrário.

No terceiro e último capítulo apresenta-se o quadro da cultura da mandioca no município de Lagarto, depois da decadência de importantes produtos como o fumo e a laranja, esta cultura passa a exercer um papel expressivo como principal fonte de renda de grande parte dos pequenos produtores do município e, especificamente, na área pesquisada, isso se torna notório.

Por último, as considerações finais do trabalho, discutem as transformações sociais ocorridas no campo lagartense a partir da dinâmica recente da espacialização da mandioca.

II - Capítulo I

2. A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

> O tempo se organiza diferentemente. O espaço também já não é mais o mesmo. Ele se transforma em função das modalidades de adaptação da sociedade local ao novo processo produtivo e às novas condições de cooperação. (SANTOS, 1986, p. 166)

É relevante constatar que o espaço é concebido como produto da ação humana, e, como expressa (Santos 1986), este espaço humano é histórico, assim, é uma categoria de compreensão da realidade. O espaço é um fato social que pode ser explicado pela produção e é também um fator, pois é uma acumulação de trabalho, uma incorporação de capital na superfície da terra. Em seu processo de organização diante do modo de produção capitalista o que vai impor seu ritmo é a acumulação sempre obedecendo a uma distribuição desigual e combinada.

Convém enfatizar que, tomando por base as primeiras descobertas do homem, pode-se afirmar que a agricultura foi uma das primeiras responsáveis pela produção do espaço, apesar dessa categoria ser de difícil definição até os dias atuais. Vários são os conceitos atribuídos a noção de espaço ao longo do desenvolvimento da sociedade, ao longo da produção do conhecimento geográfico e da ciência geográfica e de outras ciências que se arriscam a defini-lo.

2.1 A produção do espaço pelo capital

O estudo da produção geográfica do espaço está sempre associado a rapidez das transformações resultantes das iniciativas oriundas do trabalho organizado e realizado pelo homem. Este trabalho realizado deve ser entendido à

luz da forma pela qual a sociedade se organiza no modo de produção vigente, quer dizer, no capitalismo. Entretanto, não é fácil elucidar o que é esse espaço. No dizer de Milton Santos,

> Não sejamos injustos. Compreende-se porque os geógrafos se dedicaram muito mais à definição de geografia do que à definição de espaço. Esta última é uma tarefa extremamente árdua. Assim como Santo Agostinho disse do tempo: “se me perguntam se sei o que é, respondo que sim; mas, se me pedem para defini-lo, respondo que não sei”; o mesmo pode ser dito do espaço. (1986, p. 119)

Roberto Lobato Corrêa (1995) apresenta uma revisão sobre a concepção de espaço na geografia. O autor realiza um levantamento de como o espaço foi concebido ao longo das correntes do pensamento geográfico.

A primeira escola e sua concepção de espaço é a geografia tradicional, para esta geografia, o espaço não é um conceito-chave, embora esteja presente nas obras de Ratzel e de Hartshorne, mesmo que muitas vezes de forma implícita. Em Ratzel, o espaço é visto como a base para a vida do homem, dessa forma seu domínio transforma-se em elemento crucial na história da humanidade (Ibidem).

Citando Ratzel, Corrêa (1995) coloca que através de sua antropogeografia desenvolve dois conceitos importantes: o de território, ligado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo e o de espaço vital, que representa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu nível tecnológico, do total da população e dos recursos naturais (Ibidem).

Em relação à Hartshorne, Corrêa (1995, p. 18) acrescenta que na visão do autor supracitado o espaço é o espaço absoluto “um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa”, seria apenas o palco onde as coisas acontecem, nessa concepção o espaço é empregado no sentido de área.

O espaço na geografia teorético-quantitativa é, segundo Corrêa (1995, p. 23) uma visão limitada de espaço, pois, se privilegia em excesso a distância que é

vista como variável independente, porém, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou colocadas em segundo plano.

O espaço da geografia humanística e cultural assume o significado de espaço vivido. Essa corrente do pensamento geográfico considera a paisagem, a região e o território como conceitos revalorizados. Porém, o conceito chave passa a ser o lugar. No estudo de espaço em questão levam-se em consideração os sentimentos espaciais e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir de seu cotidiano (Ibidem).

Para a geografia crítica, o espaço reaparece como conceito chave e é considerado o palco principal da reprodução da sociedade (relações sociais de produção). Esta escola do pensamento geográfico surge como uma crítica radical a geografia tradicional e o representante que mais define sua postura e seus objetivos é Yves Lacoste, o autor assume um conteúdo político explicito ao definir o espaço como sendo uma prática social em relação à superfície terrestre. Em todos os trabalhos nessa linha de pensamento, tenta-se entender a essência da produção do espaço terrestre no modo de produção capitalista. Com tal finalidade, retoma-se a discussão de questões como a relação entre a sociedade e o solo, o Estado e o território e os recursos e a atividade econômica. Estas questões são integradas num contexto de discussão, informado pela Economia Política e orientado pelo legado teórico de Karl Marx.

No conjunto de sua obra, Corrêa (1995) expressa que o espaço geográfico é a morada do homem, muitas vezes ressaltado como absoluto, relativo, como planície isotrópica e até descrito através de metáforas, por isso, para o autor, ele abrange diversas dimensões de práticas sociais e assume em si mesmo a construção de diferentes conceitos.

A percepção de como o espaço se desenvolve e vai sendo produzido a partir da ação humana orientada pelas relações de produção capitalistas, conforme observado pela geografia crítica, norteia as preocupações desta pesquisa.

Nesta direção, Moreira afirma que o espaço geográfico “é a materialidade do processo de trabalho organizado” (1982, p. 85). Ou seja, na relação homem-meio o espaço representa a expressão histórica construída. Sendo assim, enfoca o autor:

> O processo de trabalho é a transformação da natureza em produtos úteis aos homens. Produz-se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a reproduzir homens vivos, isto é, a manter os homens vivos. Parte dos frutos do trabalho serão imediatamente consumidos pelos homens e uma segunda parte será reintroduzida no ciclo produtivo seguinte. (IBID, p. 86 e 87)

O autor acrescenta que se o espaço é produzido pelo trabalho, o espaço geográfico é, dessa forma, o resultado impulsionador do desenvolvimento da história dos homens em um processo constante de acumulação de “coisas” produzidas no andamento histórico do trabalho.

O espaço geográfico é um espaço historicamente produzido, pois quando olhamos em volta o que vemos é pura historicidade, o espaço é a sociedade. Ou seja, é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência através do processo do trabalho. E, numa sociedade com sua base de trabalho atrelada às contradições de classes, como a capitalista, a base de sustentação dessa sociedade serão as lutas travadas por estas classes conflitantes (Ibidem).

Para Moreira, a própria paisagem local revela seu caráter de classe, pois

> ...cada classe social define seu espaço próprio de existência. Mesmo onde os estratos entrecruzam-se, as diferenciações de classes são espacialmente visíveis. A corriqueira expressão “ponha-se no seu lugar” com que o dominante refere-se ao dominado numa sociedade de classes tem clara significação espacial. (Ibidem, p. 92 e 93)

A organização do espaço será o resultado da relação de forças produzidas pela confrontação das classes. Para o capital, os homens só existem enquanto produtores de mercadorias, e o seu trabalho só é produtivo se gerar mais valia que é o trabalho não pago ao trabalhador. O salário seria assim o pagamento parcial do que é efetivado pelo trabalhador e com o qual este suprirá no mercado

os meios para sua sobrevivência. Para que o salário fique sempre em um nível gerador de mais valia, o capital criou o “exército industrial de reserva” (Ibidem, p. 96).

Se nas sociedades pré-capitalistas a relação homem natureza era mais harmoniosa e menos destrutiva, ou seja, o processo de produção do espaço era menos nocivo à natureza por ser mais lento, uma vez que os interesses dessa produção não era a busca incessante de riquezas e acúmulo de bens, com o advento do capitalismo essa relação foi grandiosamente alterada.

Com a chamada revolução industrial os meios de produção acabam saindo do sistema fabril e se espacializam sobre todo o sistema produtor da sociedade, ou seja, na direção de espaços ainda situados fora do circuito mercantil capitalista. Neste momento, o crescimento econômico se acelera e isso agiliza o processo de expansão das relações capitalistas sobre o espaço. Para tanto, foi necessário separar o homem de seus laços com as condições materiais de trabalho, ou seja, foi necessário expropriar o campesinato da terra retirar os meios de produção dos artesãos, forçando a concentração dos homens no “império do capital”, a cidade. (MOREIRA, 1982).

O capital separou o Homem da Natureza, modificando a relação homem-meio. Quer dizer, de um lado têm-se o homem, de outro oposto, têm-se a natureza (trabalhador - meio de produção). Afastado dos meios de produzir, o trabalhador, ou seja, o trabalho (necessário a reprodução capitalista) tornou-se “livre” para ser explorado pelos capitalistas, aqueles detentores dos meios de produção.

A mola mestra da produção do espaço passa a ser então a divisão do trabalho, “a espacialização da divisão fabril de trabalho acompanha o nascimento e expansão do capitalismo moderno e esse nasce destruindo a pequena produção artesanal e camponesa” (Ibidem, p. 97). Concentra-se a produção (e os homens) na manufatura, que mais tarde perderá o lugar para uma produção ainda mais centralizada e “moderna”, a industrial.

O espaço do capital é concentrado nas relações econômicas e no poder. O poder que um capitalista dono de fábrica exerce sobre esta é o mesmo que os capitalistas em geral exercem em relação à sociedade. Para a sociedade, de uma forma mais geral, quem faz às vezes do dono da fábrica é o Estado, responsável pela gerência sobre toda a sociedade e pelo bom andamento das relações capitalistas (Ibidem).

Detentor de uma postura altamente crítica e politizada do espaço, Milton Santos (1985) afirma que o espaço é essencialmente social, pois os objetos geográficos, naturais e artificiais nele contidos dão apenas uma configuração espacial das coisas que obtém um sentido de paisagem. A sociedade é responsável por atribuir função e forma aos objetos geográficos, seja por processo econômico, institucional ou ideológico através do movimento social, apresentando novas formas e funções.

Santos (1994) enfoca também que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar. O espaço meio é algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. As transformações atuais no espaço geográfico podem ser vistas como o fenômeno da globalização, constituída pela unidade do motor há um tempo, que são causas e efeitos uns dos outros e são solidários em escala mundial.

Embora haja muitas definições para o espaço, Santos (2002, p.151) ressalta que o que vai fazer a diferença “é a morada do homem, é o seu lugar de vida e trabalho”, ou melhor, para nosso estudo, “o que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaços”.

O autor coloca que o espaço que interessa à geografia é o espaço humano, ou seja, aquele que é a morada do homem, seu lugar de ação e de reprodução. O espaço reflete uma soma de representações das relações sociais passadas e aquelas que estão acontecendo neste momento e se manifestam através do que Santos chama de “processos e funções”. Dessa forma, os

desenvolvimentos espaciais não se dão de forma idêntica em todos os lugares do mundo devido à “aceleração desigual” dos mesmos.

Outra questão é a tendência que tem o espaço de se desenvolver reproduzindo suas principais características. O autor assim exemplifica:

> O traçado original de cidades como Paris ou Londres, se reproduziu em maior ou menor escala através dos tempos; as modificações produzidas nas diversas épocas não foram capazes de apagar completamente aquilo que dava à cidade, nas suas origens, uma morfologia particular. (SANTOS, 1986, p. 131)

Para Andrade (1996), o espaço deve ser analisado sempre como um campo de forças, de luta entre objetivos e ações nos quais o componente mais dinâmico desse espaço tem em vista a se desenvolver e os menos dinâmicos deixam de influenciar. Assim, pode-se pensar que o espaço econômico é aquele organizado pelas empresas ao firmarem a sua área de influência para o progresso de suas atividades e projetos. Nessa visão, o espaço geográfico e o espaço econômico são indissociáveis, pois o segundo para se reproduzir precisa do primeiro para fonte de exploração dos recursos naturais.

2.2 Das transformações do/no espaço à produção do espaço rural brasileiro

A rápida expansão do modo capitalista de produção dar-se-á a partir da divisão do trabalho e os homens alienados tornam-se mão-de-obra para o sistema do capital. Quer dizer, os homens produzem o espaço alienados e alienando-se. Então, à medida que o fazem, atendem aos interesses da reprodução do lucro daqueles que detém o controle dos meios materiais de produção.

Milton Santos (1986), quando problematiza sobre a produção do espaço, argumenta que dentro dessa forma de organizá-lo sobre a égide do capital, o Estado é obrigado a ampliar a cada dia o seu papel e intermediar cada vez mais novos domínios, mesmo aqueles que antes diziam respeito apenas a iniciativa privada. O Estado passa a ser intermediário entre o modo de produção em escala

internacional e a sociedade nacional e cabe-lhe o papel de decidir sobre parâmetros de entrada das inovações, dos capitais e dos homens. Dessa forma, o Estado "(...) se torna responsável pelas consequências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial" (1986, p.180 e 181). É importante salientar que o Estado não é um intermediário passivo, ou seja, a (re)organização de um subespaço sob a influência do capital depende sempre do papel que o Estado exerce.

Moraes (1995), citando Yves Lacoste, que também possui uma postura crítica bastante difundida quando do movimento de renovação do pensamento geográfico, observa que o mesmo propõe a visão de que os detentores do poder (Estado ou a grande empresa) sempre possuem uma visão integrada - total do espaço - dada pela intervenção articulada em vários lugares. Por outro lado, o cidadão comum tem uma visão segmentada do espaço, pois só concebe os lugares de vivência cotidiana, e só possui informações desarticuladas da realidade de outros lugares. "O indivíduo conhece sua rua, seu quarteirão, seu bairro, o local de seu trabalho, os locais de seu lazer, uma localidade visitada numas férias, talvez sua cidade", entretanto mesmo essa consciência se dá de uma forma parcial. Duas pessoas podem viver em uma mesma cidade, concebendo-a de forma(s) diferente(s) em função de seus interesses e de sua área de ação.

Moraes (1995), ainda articulando sobre o pensamento de Lacoste, continua:

> Por outro lado, o Estado tem uma visão integrada e articulada do espaço, pois age sobre todos os lugares, e isto se transforma numa arma a mais de dominação. Assim, argumenta Lacoste, é necessário construir uma visão integrada do espaço, numa perspectiva popular, e socializar este saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos embates políticos. Diz explicitamente: "é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater" (Ibidem, p. 43)

Nessa direção pode-se afirmar que, quanto o Estado assume a entrada do capital no campo brasileiro, resguarda-se o papel de fomentador da atividade,

sendo responsável pela expansão do capital no espaço rural. Sobre esse aspecto, Moreira (1990) enfoca o expressivo grau de transformação nas relações agrárias ocorridas ao longo do século XIX e que se aceleraram visivelmente na passagem para o século XX.

A agricultura se torna uma atividade industrial devido ao incessante financiamento ao processo de industrialização, assegurado pelo Estado. Mas este fato acaba por reforçar uma estrutura agrária antiga, a monocultura. O processo de fusão da agricultura com a indústria no Brasil acontece primeiro no nível de mercado durante o período que vai dos anos de 1930 a 1950 e evolui para o nível técnico-produtivo, a partir dos anos de 1960 (Ibidem).

Dos anos de 1950 a 1960, período em que o Brasil vive sua revolução industrial, surge o setor de equipamentos no país, fator que proporciona à agricultura maior tecnificação e reorienta sua organização. O emprego de máquinas, defensivos e fertilizantes faz com que a agricultura aumente crescentemente sua capacidade de produção e, desta vez, mude o caráter exportador do espaço agrário, ou seja, a agricultura passa a privilegiar produtos para o consumo interno em detrimento a agricultura de exportação. Em consequência disto:

> Os espaços ficam liberados para o desenvolvimento de um padrão de uso mais mercantil e, portanto, mais dinâmico e integrado do solo. A agricultura se torna industrial e, pois, mais altamente especializada, radicalizando-se o processo da mobilidade territorial do trabalho e do capital que já vinha em curso. (MOREIRA, 1990, p. 65)

Ressalta também a importância que tem o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de Novembro de 1964) nos rumos atuais do padrão de organização espacial agrário, pois reorganiza espacialmente o meio rural estabelecendo que, na estrutura da propriedade e na produção agrária antiga, os chamados “latifúndios e minifúndios” sejam extintos e substituídos pela “empresa rural”. Quanto a essa questão o autor enfatiza:

> Através dessa lei de terras, o que temos, no fundo, é o aprofundamento da velha linha de modernização das elites agrárias – sempre sob a égide do Estado, agora sob a forma de maciços investimentos em infraestrutura de grandes espaços no campo – por intermédio do qual o Estado fomenta a industrialização acelerada da agricultura, dissolve na unidade do capitalismo as molecularidades regionais e delineia nas regras do mercado o desenho do espaço agrário nacional. (Ibidem, p. 66)

O efeito da ampla tecnificação dos processos produtivos agrícolas é uma mudança drástica na forma da propriedade da terra, pois provoca o desenvolvimento da propriedade burguesa e isso traz impactos negativos sobre as formas pré e não capitalistas de produção. Favorece também o surgimento dos pequenos produtores modernos (camponeses que acompanharam o novo padrão de modernização da agricultura), porém uma boa parte dos camponeses é expulsa da terra, isso cria “uma imensa massa de sem-terras e reduz as diferentes formas de campesinato do passado a basicamente duas: a do camponês familiar (incluindo-se aqui tanto o pequeno proprietário quanto o posseiro) e a do proletário rural” (Ibidem, p. 68).

Grandes espaços são ocupados por culturas que antes, nos antigos padrões de uso do solo, eram impróprias para as suas condições pedológicas. Isto devido ao alto padrão e a capacidade técnico-científica da agricultura moderna de adequar as culturas às condições ambientais locais. Ocorre a ampliação de uma escala de devastação ambiental jamais presenciada na história do país por meio da erosão dos solos, emprego de tratores, usos de fertilizantes e agrotóxicos, devastação florestal para dar lugar a cultivos e criações entre outros fatores.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991) argumenta que a forma de distribuição e acesso a terra no Brasil, desde o período de colonização, é desigual. Primeiro com as capitanias hereditárias e seus donatários, depois com as sesmarias. Estas sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto de uma herança colonial. O autor alega ainda que esse regime de distribuição de terras da colônia brasileira pouco foi reformulado ao longo dos anos de história. E que no decorrer do século XX, com os processos de

incorporação de novos espaços (tomados e desapropriados das nações indígenas, por exemplo), fizeram aumentar ainda mais a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários.

Santos (2009) enfatiza que a origem das desigualdades sociais está relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico implantado no Brasil, historicamente caracterizado pelo acúmulo de renda e concentração da riqueza não mãos de uma pequena elite formada por empresários, alguns políticos e latifundiários.

É importante considerar que, sendo o espaço interpretado como elemento essencialmente social e a agricultura considerada como a criação do homem, não se deve negligenciar o papel desta nas definições técnicas sobre o espaço. O espaço não incorpora somente elementos derivados de sua própria natureza, assim não pontuar àquelas abordagens que levam em consideração as modificações espaciais causadas pela produção do homem para garantir as demandas do capital é não considerar o papel da agricultura como parte indispensável deste contexto.

> Dessa maneira, com a racionalização dos meios de produção advinda com a tecnificação da agricultura, surgiu a possibilidade do crescimento econômico, porém houve o aprofundamento ainda maior das relações entre a produção e o processo produtivo induzindo o campo às novas organizações espaciais.
>
> Jacob Gorender (1994) explica que historicamente tem havido duas linhas de pensamento quanto ao desenvolvimento agrário no Brasil, uma delas é a linha do latifúndio permeado de formas camponesas (plantation ou latifúndio pecuário) que se transforma, com maior ou menor velocidade, em empresa capitalista. A outra via de desenvolvimento no campo é a da pequena exploração de caráter camponês-familiar independente (sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros autônomos), a qual, com a expansão geográfica e a intensificação dinâmica do mercado interno, aumenta seu grau de mercantilização e, por consequência, diminui seu grau de economia natural.
>
> O autor acrescenta que em muitas regiões do Nordeste brasileiro, chamadas de regiões de fraca acumulação capitalista, as formas pré-

capitalistas persistem e até aumentam (sobretudo, a parcela minifundiária do Nordeste), combinando-se em grau variável com o trabalho assalariado. Latifúndio e minifúndio constituem aí uma dualidade inevitável.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que o modo desigual e contraditório com que o capitalismo se desenvolve no campo denuncia a importância do trabalho familiar camponês. Ou seja,

> O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas (1994, p. 48).

Considera-se que a modernização da agricultura no Brasil corroborou para uma ampliação da produção e da produtividade. Entretanto, esse processo denominado pelos estudiosos da expansão capitalista no campo brasileiro, como período da “modernização conservadora”, que vai dos anos de 1960 a 1980, não resultou em desenvolvimento social, especialmente para os trabalhadores da terra.

2.3 Reflexões sobre as implicações da expansão capitalista no campo

A modernização do espaço agrário no Brasil colaborou para a concentração de terras, para a expropriação de muitos camponeses e para o aumento da sujeição dos pequenos produtores à lógica do mercado. Ao mesmo tempo, foi responsável pelo fortalecimento das lutas dos pequenos produtores para se manterem na terra.

Oliveira (1994) enfatiza que a industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, mostra o lado contraditório do capitalismo unificando agora o que ele mesmo separou no início do seu desenvolvimento, a indústria e a agricultura.

Lênin (1980, pp. 147-149), ao escrever sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, comenta que o advento das máquinas na agricultura russa trouxe as contradições que são inerentes ao progresso capitalista, pois, com as máquinas, a produção tende a aumentar e isso se torna uma necessidade sugerindo concentração da produção agrícola. De acordo com Lênin, a região russa que mais adquiriu máquinas e se tornou “moderna” se distingue das demais pelas consideráveis dimensões dos estabelecimentos agrícolas, fato que reforça no local a concentração de terras e, por consequência, a concentração de renda. Segundo o autor, a difusão de máquinas e instrumentos agrícolas aperfeiçoados dissemina a expropriação dos camponeses.

Essa expropriação narrada por Lênin implica no aumento do número de máquinas no campo, o que faz surgir também um número cada vez maior de empregados assalariados, estes são justamente os produtores descapitalizados, colocados a margem do processo que, para sobreviverem, vendem a sua força de trabalho. Sobre este aspecto Lênin explica:

> De um lado, a formação de uma burguesia camponesa e a passagem dos proprietários fundiários do sistema de pagamento em trabalho ao capitalismo cria uma demanda de operários assalariados. De outro lado, onde a atividade econômica já se baseia há muito tempo no trabalho assalariado, a máquina substitui os operários. (1980, p. 149)

Ao referir-se a Rússia, no início do século XX, o autor preocupava-se com a forma como o capitalismo tomava todos os setores produtivos, subjugando até os camponeses aos seus interesses, ou seja, liberava-os para a formação do exército de reserva. Para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo no campo tornava a desintegração do campesinato inevitável, levava o pequeno produtor a condição de proletário rural (IBIDEM).

Kautsky (1980), baseado no método do materialismo histórico e dialético proposto por Marx, também esboça questões ligadas às transformações pelas quais passou a agricultura com a expansão do modo de produção capitalista no campo, através, principalmente, da explosão de inovações. Segundo o autor, o grande estabelecimento acaba por mostrar sua superioridade em relação ao

pequeno, o que, consequentemente, acaba por destacar o fenômeno da proletarização dos pequenos proprietários, elucida ainda que:

> (...) os pequenos lavradores são menos atirados, mais conservadores e estão menos familiarizados com os progressos técnicos e as necessidades do mercado internacional que os grandes agricultores e os capitalistas. Foram os grandes latifundiários que primeiro introduziram as grandes indústrias em suas terras. (ibid, p. 344)

O autor, atento às dificuldades que estabelecimentos produtores de mercadorias agrícolas, principalmente os médios e pequenos, passam em decorrência da fuga do trabalhador rural para a cidade, comenta que quando a industrialização da agricultura não leva o pequeno estabelecimento à decadência, ela decreta pelo menos sua dependência para com a fábrica, única compradora dos seus produtos, consequentemente, este pequeno produtor passa a ser seu escravo. Nessa direção, Kautsky (1980) mostra que as relações capitalistas de produção coexistem com a pequena propriedade, no entanto a arruinação e a desintegração do pequeno produtor pelo avanço do capitalismo no campo não se dá de forma imediata (LIMA & LISBOA, 2010).

Em contraposição ao modo marxista de perceber como as relações de trabalho e de produção na agricultura vão se alterando com o avanço do capitalismo, encontra-se Chayanov (1974), que em sua obra *La Organizacíon de la Unidad Económica Campesina* coloca a persistência de uma economia essencialmente familiar e artesanal fora do sistema capitalista. Para este autor, o aumento da força de trabalho da família camponesa se traduz em desenvolvimento para atividade agrícola e deve ser compensado. A falta de capital no interior da família camponesa chayanoviana ocorre apenas e quando necessário, um condicionante de equilíbrio dessa unidade de produção, como expressa o próprio autor:

> Mas la mano de obra de la unidad que explota la unidad, al no encontrar empleo em la explotación se vuelca a atividades artesanales comerciales y a otras actividades no agrícolas para

> alcanzar el equilíbrio económico con las necessidades de la família que no resultan cubiertas con el ingreso de las actividades artesanales y comerciales. (CHAYANOV, 1974, p. 101)

Dessa forma, não se nega a relativa subordinação do camponês ao capital, mas explicita-se que este sujeito está essencialmente preocupado com as condições internas de sua unidade produtiva, podendo reagir às forças destruidoras do capitalismo através da criação e recriação de estratégias de sobrevivência.

De acordo com Chayanov (Ibidem), o campesinato se assenta na Unidade Econômica Camponesa (UEC), com base no trabalho familiar. O objetivo central da unidade familiar camponesa é a satisfação e o bem estar da família. Há a busca de equilíbrio em relação ao grau de auto-exploração através do aumento ou rebaixamento da jornada de trabalho e com o consumo de acordo com a composição familiar entre trabalhadores diretos e consumidores. (LIMA & LISBOA, 2010).

Para Shanin (1983) a mobilidade sócio-econômica peculiar e característica da sociedade camponesa conduziram a mudanças significativas no modo em que a diferenciação real e os processos de polarização afetaram a ação e a consciência políticas do campesinato russo no inicio do século XX (1910-1925).

Só discutir o choque entre as autoridades estatais russas e as maiores vozes do campesinato não ajuda ver que no campo há outras divisões sociais. Mostra a relação entre a mobilidade sócio-econômica e as relações de conflito na sociedade rural indicando sua importância para a explicação dos processos básicos da historia rural russa.

A unidade doméstica camponesa consiste na família e na sua exploração agrícola. A família fornece o trabalho necessário principalmente à produção de subsistência para satisfazer suas necessidades básicas e os tributos impostos pelos poderes econômicos e políticos.

Era uma comunidade de mesa, antes de ser uma comunidade de sangue, sob a autoridade patriarcal:

> […] una unidad doméstica campesina rusa estaba compuesta, en la mayoria de los casos, por familiares consanguíneos de dos o

> três generaciones. Sinembargo, la condición básica para convertirse en miembro de la misma no era el vínculo de sangre, sino la participación total en la vida de ésta, o, em expresión de los campesinos, “comer del mismo puchero” (SHANIN, 1983, p. 55).

A unidade doméstica camponesa era uma unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mutua. A ocupação principal dos camponeses russos consistia na realização de uma ampla variedade de tarefas, o que exigia um ritmo de vida cíclico, uma mobilidade multidirecional e cíclica.

2.3.1 O desenvolvimento rural em discussão

Ricardo Abramovay (1994), ao retratar a agricultura nos países capitalistas avançados, ressalta que uma de suas características importantes é a passagem da agricultura familiar para a agricultura individual, ou seja, de responsabilidade pessoal. Não se trata, enfatiza o autor, de estratégias que tenham a manutenção da família rural como centro, mesmo porque existiria cada vez menos algo que se aproximasse de uma família rural. Existem hoje muitas unidades produtivas nas quais o chefe da família é agricultor e os outros membros exercem profissões urbanas.

O autor destaca ainda a importância do Estado na determinação da renda, nas políticas de estrutura e nas políticas sociais. Acrescenta que:

> Em vários países europeus, a intervenção na política fundiária é mais profunda que muitos planos de reforma agrária caracterizados como radicais na América Latina. A diferença básica é que o objetivo central das políticas fundiárias na França, por exemplo, nunca foi fundamentalmente distributivista, mas “produtivista”: tratou-se de adaptar a estrutura de posse e uso da terra às exigências do progresso técnico (ABRAMOVAY, 1994, p. 103)

A perspectiva apontada por Abramovay, e outros pensadores do desenvolvimento da agricultura brasileira, demonstra uma abordagem difundida e defendida por diversos teóricos. Para estes, a intervenção na política fundiária nos moldes produtivistas e não distributivos, conforme ocorreu na Europa, é suficiente para resolver o problema agrário brasileiro, haja vista que assegura produtividade. Entretanto, é sabido que o problema da fome e da pobreza rural e urbana no nosso país nunca esteve relacionado à falta de alimentos no mercado, mas as possibilidades de aquisição dos mesmos. Dessa maneira, a Reforma Agrária como condição para distribuição de material para produção, habitação, reprodução social de famílias inteiras com relativa autonomia, entre outros benefícios que seriam viabilizados, continua a ser central no debate e na resolução da questão agrária brasileira.

Ao analisar a incorporação do agro brasileiro, às regras do capitalismo oligopólico contemporâneo, Geraldo Muller (1989) afirma que o tipo de industrialização da agricultura, implantada no país nas décadas de 1960 e 1970, foi o da mecanização e quimificação (especialmente o uso de fertilizantes e defensivos químicos) devido ao pacote tecnológico de origem norte-americana, este aplicado em vários países do mundo pós-guerra. Episódio que levou a uma modernização parcial segundo regiões, produtos e tipo de produtores. O autor ainda destaca que:

> ... seu impacto foi geral. Os pequenos produtores, por exemplo, com solos exaustos, baixa fertilidade, sem acesso ou condições para tomar crédito, sementes apropriadas e orientação técnica, cujos produtos não contavam sequer com o estímulo de altos preços em virtude da interceptação pelos intermediários, esses pequenos produtores passaram (ou aceitaram) a viver em situação de pobreza. (MÜLLER, 1989, p. 130)

A integração dos produtores ao processo de industrialização da agricultura ocorreu desde o início de maneira parcial, ora baseada em sua capacidade de resposta à expansão e diversificação suscitadas pelas agroindústrias, ora por sua capacidade de acesso ao crédito rural. Dessa forma, apenas alguns grupos de tradição mercantil ou aqueles organizados em associações passaram a ter acesso à quase todo crédito estatal, de investimento, custeio e de comercialização. (Ibidem)

O processo de modernização da agricultura brasileira, nesse período, conduziu a uma evolução positiva da produtividade, tanto de terra como de trabalho, porém aumentou as taxas de desemprego, de subocupação e até do sobre-trabalho formado por crianças e mulheres que fazem parte das categorias não remuneradas, além de trabalhadores volantes.

Sobre este aspecto, Oliveira (1991) considera que as forças produtivas colocam a tecnologia a serviço das grandes empresas da mesma maneira que disponibilizam chances no mercado para os produtores camponeses, episódio que permite ao campesinato elevar sua produtividade de trabalho e até acumular economias que, muitas vezes, reaplica na compra de terras. Na maioria das vezes, estas terras são adquiridas de vizinhos que optaram pela migração ou foram literalmente expropriados (1991, p. 39).

A migração não significa necessariamente abandono da terra, “mas pode ser estratégia camponesa para aumentar a área cultivada” (DINIZ,1996, p. 169). Por exemplo, uma família compra ou arrenda terras ou fragmenta-se e seus filhos mudam para outro estabelecimento em novas áreas. Ainda sobre as estratégias de sobrevivência no campo, o autor coloca a questão da substituição de produtos tradicionais por outros mais rentáveis, o uso de insumos modernos e trabalho externo à unidade de produção que pode ser efetivado em sítios ou propriedades bem distantes e por períodos longos. (Ibidem)

Romeiro (1998) mostra que a partir da década de 1960, o que ocorreu no Brasil, como reflexo das transformações capitalistas na agricultura mundial, foram às mudanças nas relações de trabalho pré-capitalistas e na base produtiva. Portanto, nessa realidade predomina a grande propriedade mecanizada com base no trabalho assalariado. A permanência de unidades familiares como base principal da produção agrícola, nos países de capitalismo avançado, é explicada pela maior competitividade destas em decorrência das especificidades do setor agrícola, ou seja:

> ... o trator substituiu o cavalo, os fertilizantes químicos, a matéria orgânica; as ferramentas e equipamentos se sofisticaram e diversificaram, mas continuaram a ser instrumentos cuja boa utilização depende de arte e habilidade do agricultor. (ROMEIRO, 1998, pp.179-182)

O autor apresenta ainda comentários sobre agricultura e agroindústria, estabelece relações entre às técnicas agrícolas e a produção de alimentos e matérias-primas. Quanto às técnicas, cita que o problema principal está na degradação que os padrões tecnológicos modernos provocam ao ecossistema agrícola e, consequentemente, no impactos no custos de produção. Quanto a segunda questão, o problema central do padrão agrícola modernizante brasileiro, para a grande maioria dos produtores, reside na própria fragilidade destes diante dos grandes complexos agroindustriais, os quais mantêm sua margem de lucro. Dessa forma, passa para o pequeno produtor os prejuízos das eventuais quedas de preços agrícolas.

O crédito agrícola, a política de preços mínimos, a assistência técnica, a educação rural, os incentivos fiscais, os subsídios, entre outras questões, são formas de intervenção do Estado na agricultura. No entanto, o que se pode perceber ao longo de várias décadas de intervenção estatal nesse setor, é o seu direcionamento para beneficiar a grande produção capitalista e deixar à margem desse processo o pequeno produtor descapitalizado, ressalta Almir Bispo dos Santos (2000, pp. 40-41).

Ao analisar as transformações e as perspectivas da agricultura brasileira, Vera Lúcia Salazar Pessôa (2000) enfatiza as mudanças resultantes da modernização. Iniciada na década de 1950, tais mudanças serviram para vincular cada vez mais o setor agrícola ao setor urbano-industrial. A autora ainda afirma que essa modernização atinge metas antes inacreditáveis, como transformar áreas improdutivas em produtivas, o que ocorreu com o cerrado brasileiro para o cultivo de cana-de-açúcar, café, soja e laranja.

Nesse contexto, da década de 1970, o Estado assume o papel de interventor, através das políticas públicas comandadas pelo instrumento de crédito rural subsidiado favorece, principalmente, à capitalização da grande propriedade, havendo também muitas pequenas propriedades no país que foram beneficiadas por aquelas políticas.

Na década de 1980, deu-se o enfraquecimento do padrão de financiamento baseado no crédito agrícola devido, entre outras coisas, à crise de financiamento,

à queda de preços dos produtos e a política agrícola do nacional, que passa a ser comandada pelo preço mínimo. A década de 1990 traz ainda mais o acirramento, a crise e o enfraquecimento da capacidade financeira do Estado deixa a agricultura profundamente afetada.

A modernização da agricultura brasileira realmente contribuiu para aumentar a produção e a produtividade de algumas culturas, porém, os benefícios desse crescimento não foram redistribuídos entre os diversos setores da sociedade e grupos sociais.

Recentemente, outros estudos têm destacado algumas mudanças importantes em percurso no meio rural, ligadas diretamente ao processo de modernização tecnológica dessas áreas. Numa avaliação abrangente das transformações da agricultura nas últimas décadas, alguns estudiosos enfatizam os ganhos de produtividade e a radical transformação da base tecnológica dos processos produtivos agrícolas.

No entanto, estudos apontam que em várias partes do mundo ocidental ocorreu uma transformação socialmente excludente que provocou uma diminuição das populações rurais, prejudicou os ecossistemas naturais e, muitas vezes, não atingiu os limites alimentares mínimos.

Outros estudos apontam para mudanças nas formas de ocupação e de emprego no mundo rural acarretando em nova forma de organização do espaço agrário, que passou a ser denominado de “Novo Rural”, como Schneider afirma:

> Neste sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para um crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nestas áreas. O ineditismo destes trabalhos reside justamente no fato de que, embora timidamente, começa-se a reconhecer que em determinadas situações históricas e contextos regionais a agricultura deixa de ser o exclusivo sinônimo de “rural”. (1999, pp. 3 e 4)

No Brasil, o surgimento de atividades não agrícolas no meio rural nos anos recentes, pós década de 1990, vem despertando o interesse de diversos estudiosos, inclusive alguns já apontam tal fenômeno como a provável face do “novo rural” brasileiro. Silva (1998) enfatiza que apesar das enormes

desigualdades regionais do país o campo brasileiro passou, sem dúvida, por desenvolvimento econômico, mas as reivindicações dos trabalhadores rurais não se limitam à reforma agrária,

> ... ela concede lugar fundamental também a questões como preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica voltadas para os pequenos produtores, e não apenas para uma minoria privilegiada de grandes proprietários. (Ibidem, p. 93)

Para este autor, o surgimento de "novas" atividades nesse espaço estaria introduzindo um conjunto de "novas funções", principalmente ocupações não agrícolas. E o elemento social privilegiado desse processo seria as chamadas famílias pluriativas que, segundo o autor, seriam aquelas que se caracterizam por: "combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional" (SILVA, 1998, p. 15)

Na abordagem do *Novo Mundo Rural,* o autor ao destacar a emergência, veementemente, de atividades não agrícolas no espaço rural, confirma uma tendência óbvia em virtude da política creditícia neoliberal que vem ocorrendo desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelo governo Lula e continuada no governo de Dilma Roussef, através do ajuste à lógica neoliberal que vem internacionalizar e ditar os rumos das políticas públicas. Reiterando este processo, o Estado tem fortalecido uma reforma agrária de caráter compensatório[10]. O governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, elaborou documentos como "Novo Mundo Rural" e "Nova Reforma Agrária" (MEPF, 1999b)[11] e a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2003), com vistas, entre outras coisas, a privilegiar metas de incorporação de atividades diversificadas - não agrícolas - no espaço agrário e realizar uma reforma agrária pela via da compra de terras, ou seja, sem alterar o latifúndio no país e disseminar programas de desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural.

[10] Vide Reforma Agrária via Programa Crédito Fundiário.

[11] RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista/UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, 2008.

A perspectiva apontada por Abramovay (1994) é abraçada para efeito de propositura de desenvolvimento rural no país pelos três governos destacados acima. Ela traz a tônica que o desenvolvimento rural pode estar na disseminação de diversas atividades não agrícolas no campo, o que mostra que a terra não é essencial e a reforma agrária deixa de ser necessária.

Marta Inês Medeiros Marques (2002) em seu estudo sobre o conceito do espaço rural em questão debate em torno das mudanças verificadas no campo e da necessidade de repensar o conceito de espaço rural e suas possibilidades de desenvolvimento.

A autora enfatiza que o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade, como o *apartheid social*. Um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas, sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação.

Marques (2002) alerta que a construção de uma vida digna no campo, cujo acesso a cidadania seja assegurado indiscriminadamente a toda população rural, passa pela superação de diferentes formas de dominação, o que subentende a necessidade de reconhecer nos segmentos sociais que vivem no campo a capacidade de formular suas próprias alternativas. Faz-se necessária a máxima ampliação do acesso à informação pelas classes dependentes rurais para que estas possam se sentir como sujeitos. Para esta autora,

> ... a discussão sobre a construção de um “novo” espaço rural é uma condição fundamental para que se possa repensar o nosso urbano, na medida em que o significado proposto para a ruralidade deve comportar uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente. É por acreditar nisso que temos estado atentos às novas formas de organização social no campo (Op.cit., p. 110)

A sociedade por si só tem organizado algumas alternativas. E, a autora segue narrando o surgimento de novas experiências de luta no campo, nas quais os movimentos sociais têm buscado formas para permanecer na terra, afirmando sua territorialidade. Estes novos sujeitos sociais, dos quais são exemplos os Seringueiros no Acre e as Quebradeiras de Coco no Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, têm lutado por seu reconhecimento, em certos casos, obteve-se mudanças na legislação brasileira. Esses novos movimentos sociais em geral propõem novas formas de organização social, ou seja, novas formas de produzir e existir coletiva e socialmente, novas territorialidades.

Por fim, o quadro que se delineou até agora mostra que as transformações ocorridas com o avanço do capitalismo no campo são responsáveis pela produção de desigualdades profundas. Ao tempo em que há o aumento progressivo da densidade técnica no meio rural, com rebatimentos no aumento da produtividade agrícola, não se observou, na realidade brasileira, repercussão benéfica para a reprodução dos pequenos produtores. Ao mesmo tempo, os indicadores da estrutura fundiária mostram a permanência da concentração de terras.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994) afirma que o modo desigual e contraditório com que o capitalismo se desenvolve no campo significa a sujeição da renda da terra ao capital, Ou seja,

> O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas (OLIVEIRA, 1994, p. 48).

Oliveira (1994) enfatiza que a industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, mostra o lado contraditório do capitalismo unificando agora o que ele mesmo separou no início do seu desenvolvimento: a indústria e a agricultura. Isso está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, ou seja, da grande propriedade.

Quando os camponeses arrendam a terra para trabalhar o fumo, a mandioca ou qualquer outra cultura com suas famílias, pode-se ter três personagens envolvidos na relação: o capitalista industrial, o proprietário da terra que vive do aluguel do campo e o trabalhador familiar que trabalha a terra. E, este último caso, é o que vem a ser a realidade encontrada na área de estudo no meio rural lagartense, conforme citado anteriormente.

O capítulo que segue apresentará a produção do espaço pela mandiocultura na pequena propriedade e ainda as mudanças promovidas no campo por políticas públicas, que reorganizam o espaço de acordo com os interesses do mercado.

III - Capítulo II

3.0 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA MANDIOCULTURA

> Los principios básicos que establecimos para la unidad familiar de explotación agraria no pertenecen únicamente a la unidad económica campesina. Están presentes en toda unidad económica con el desgaste de esfuerzo físico y las ganancias son proporcionales a este desgaste, ya se trate de una unidad económica artesanal, de industria de granja o, simplemente, de cualquier actividad económica de trabajo familiar. A la apariencia de su naturaleza esencialmente familiar, agregan uma serie de rasgos peculiares em la estructura de la explotacíon agrícola y ganadera. (CHAYANOV,1974, p. 3)

A mandioca é uma cultura ancestral praticada pelos indígenas que antecederam toda e qualquer atividade agrária mecanizada, entretanto, como outras culturas, sofreu alterações e atualmente apresenta-se como uma das principais atividades econômicas em vários países do mundo, assim como em muitos municípios brasileiros.

A produção mundial de mandioca vem apresentando um crescimento contínuo, com uma média anual de 2,5 a 3% e passou de 98 milhões de toneladas na década de 1970, para 212,9 milhões de toneladas de raiz em 2007. Este aumento é registrado principalmente nos países africanos que têm na mandioca o principal componente na sua dieta alimentar. Segundo a Endagro, a mandioca alimenta cerca de 60% da população africana, podendo alcançar até 400 milhões de pessoas. A fácil adaptação nas terras dos países africanos fez com que aquele continente participasse com 49,3% da produção mundial de mandioca no ano de 2007.

Em menor escala seguem a Ásia com 34,2% e a América Latina com 16,4%. Na África, apesar do extraordinário aumento na produção, o consumo ainda é do produto na forma “in natura” cozida ou frita. Durante os últimos 10 anos, algumas fábricas de farinha foram instaladas e o produto já começa a ser industrializado (SEAB-AL, 2009).

Evidentemente, é preciso destacar a Nigéria que já se tornou líder absoluto na produção de mandioca, passando de 10 milhões de toneladas, em 1970, para 34,4 milhões de toneladas, em 2007. Este volume representa cerca de 32,8% da produção africana e aproximadamente 16% do total mundial. Outros países como a República Democrática do Congo e Gana também estão elevando a sua produção com o objetivo de suprir as necessidades alimentares de suas populações.

Na Ásia o modelo da exploração é direcionado basicamente para as grandes indústrias de fécula e de “pellets” (SEAB-AL, 2009). A mandiocultura asiática já atingiu um nível organizacional e tecnológico considerado satisfatório. A densidade técnica para este tipo de cultivo agrícola já atingiu patamares altos, destaca-se as modernas indústrias de fécula e o significativo avanço nas pesquisas agrícolas. Tem relevo considerável neste cenário a Tailândia, a Indonésia e o Vietnã com centros de pesquisa geralmente coordenados pelos órgãos oficiais, porém os recursos são compartilhados entre os governos, as empresas privadas e os produtores de mandioca.

A Tailândia é o segundo produtor mundial de mandioca, no entanto continua liderando na produção de fécula e de “pellets”. Também é líder absoluto nas exportações desses produtos que representa, atualmente, uma média de 85% do mercado internacional. Nos últimos anos, os volumes exportados pela Tailândia estão na faixa de 2 milhões de toneladas de fécula e aproximadamente 10 milhões de toneladas de “pellets”.

Diferentemente da África e da Ásia que apresentam uma acelerada expansão de produção, a América do Sul estabilizou-se na faixa dos 35 milhões de toneladas de mandioca durante os últimos 37 anos. O Brasil é o líder absoluto, cuja parcela representa 77% sobre o total produzido pelos países latino-americanos e 12,7%, com relação à produção mundial (tabela 6).

TABELA 6

Produção Mundial de Mandioca em Raiz

(Em Milhões de Toneladas)

1970/2007

Países	1970	2000	2003	2004	2005	2006	2007	Part.	Var % 1970-07
África	40,9	96,7	101,9	107,6	109,7	116,5	105,0	49,3	156,7
Nigéria	10,2	32,0	33,4	38,2	38,2	45,7	35,4	16,2	237,3
Rep. Fed. Congo	10,3	16,0	14,9	15,0	15,0	15,0	15,0	7,1	45,6
Gana	1,5	8,1	10,2	9,7	9,7	9,6	9,6	0,5	566,7
Outros	18,9	40,6	43,4	45,2	46,8	46,2	46,2	21,4	141,3
Ásia	22,4	49,8	55,8	60,3	55,9	67,3	67,3	34,2	225,4
Tailândia	3,2	19,1	18,4	21,4	16,9	22,6	22,6	12,6	740,6
Indonésia	10,7	16,1	18,5	19,4	19,4	20,0	20,0	9,4	86,9
Outros	8,5	13,7	18,9	19,2	19,6	24,7	24,7	12,2	205,9
América Latina	35,3	31,3	32,3	35,0	37,5	35,0	35,0	16,4	0,9
Brasil	30,0	23,0	23,0	23,8	26,6	27,0	27,0	12,7	10,0
Outros	5,3	8,3	9,9	11,9	10,9	8,0	8,0	3,8	50,9
Total mundial	98,6	117,8	190,0	202,9	203,1	218,8	212,9	100,0	115,9

Fonte: FAO, IBGE, SEAB/DERAL

Desde o período colonial, a produção de mandioca é praticada em pequenas roças no Brasil, sejam inseridas em propriedades maiores, de responsabilidade mais direta dos moradores, ou em pequenos sítios localizados na proximidade dos engenhos e fazendas. Com o predomínio do açúcar na chamada Zona da Mata, as lavouras tradicionais foram sendo empurradas para o Agreste, que passou a ser região supridora alimentar dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

A região mais tradicional de produção era a extensa linha de transição entre a Mata e o Agreste, área menos propicia à cana-de-açúcar. Sempre como cultura subsidiária, de responsabilidade de pequenos produtores, direta ou indiretamente vinculados ao sistema de produção dominante, a mandioca marca presença quase exclusivamente na pequena propriedade, com predominância nos municípios com estrutura fundiária mais fragmentada.

No Brasil, a maior parte da produção serve ao consumo direto, porém há também a comercialização em menor escala tanto da massa quanto da goma da mandioca, para preparo de bolos, tapiocas e outros quitutes, e dos beijus, duros ou moles, preparados nas próprias casas de farinha. Da raiz da mandioca, a

farinha é o produto mais valorizado, conhecida no período colonial como farinha de pau, por ser extraída das longas raízes, em contraste com a obtida do grão do trigo. As farinhas variam na sua textura, cor e sabor, de uma região a outra do país. No Norte predominam as farinhas conhecidas como d'água, com processamento mais próximo da tecnologia original indígena, enquanto no Nordeste a farinha de maior qualidade deve ser seca e fina.

3.1 A propriedade camponesa no Brasil e a mandiocultura

Desde os primeiros indícios da agricultura camponesa no Brasil, que datam do período Colonial no século XVI no Nordeste brasileiro, a mandiocultura é uma atividade costumeira. Nessa fase se iniciam os primeiros núcleos de ocupação do território, e desde esse momento a produção camponesa começa a se territorializar. Entretanto, a produção da mandioca já era tradicionalmente desenvolvida pelos indígenas.

Essa cultura consolida uma atividade agrícola pré-colonial em que uma das suas principais contribuições foi ser, desde o princípio, uma atividade de base familiar e de baixo custo de produção, além do baixo uso de tecnologia. Está intimamente ligada à identidade dos brasileiros, pois em várias passagens históricas do país ela possui destaque. Givaldo Santos de Jesus enfatiza: "A primeira Carta Magna brasileira foi batizada de Constituição da Mandioca e obrigava deputados, senadores, e os grandes proprietários de terra a cultivar uma área mínima de mandioca..." (2006, p. 94).

Quando a colonização brasileira foi finalizada, na segunda metade do século XIX, as políticas migratórias e a abolição da escravatura começaram a fazer parte do cenário político, o clima de instabilidade sócio-econômico e as mudanças que viriam com a chamada segunda revolução industrial – característica dessa fase da história política internacional - faz desencadear outros modelos. Apesar disso, segundo Lamache (1993 p. 180):

> ... pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e especialmente, da terra; caráter extremamente

> rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.

A pequena agricultura no Brasil historicamente se expressou pela extrema pobreza dos grupos que viviam completamente isolados ao lado da grande propriedade monocultora. Construíam suas casas às margens dos rios e cultivavam os produtos alimentícios, ou de subsistência, entre estes a mandioca. Em épocas de crise da grande propriedade os “sitiantes”, em alguns casos, cultivavam as terras do grande proprietário e eram “protegidos” por seus senhores. Tal situação era modificada quando o crescimento da atividade canavieira no Nordeste atingia bons resultados.

Os pequenos agricultores tinham suas terras tomadas e cada vez mais se instalavam ás margens do sistema produtor, não participavam do mercado, em termos de ocupação, servindo-se das piores terras.

A agricultura camponesa ou de pequena produção familiar, ocupava-se e ocupa-se até os dias atuais em produzir os alimentos que a grande propriedade de cultura voltada para exportação não se interessa. Como observa Romeiro:

> A produção de alimentos ocupa áreas residenciais não ocupadas pela agricultura de exportação (seja no interior da grande propriedade ou na sua periferia) ou em áreas ainda não ambicionadas pelos mais poderosos (fronteira agrícola). (1994, p. 119)

Desde antes da chegada dos portugueses até os dias atuais a mandioca representa a base da alimentação brasileira, principalmente no Nordeste do Brasil. Segundo Jesus (2006, p. 92):

> A mandioca é uma planta da família das euforbiáceas (Manihot utilíssima) raiz tuberosa, comestível, de porte médio, casca rugosa de cor marrom e polpa branca, amarela ou avermelhada, sendo a branca mais comum, e fornece amido, tapioca e farinha, da qual preparam-se inúmeras iguarias.

A partir da mandioca pode-se obter também amido, álcool etílico, álcool butírico, acetona, aguardente, glicose, dextrina, destrose entre outros produtos. O

consumo animal é pouco representativo no Brasil, embora alguns países tenham tido enorme tradição na produção e exportação de ração animal obtida da mandioca, como a Tailândia (PAPL/AL 2004/2007).

A parte aérea da planta, principalmente as folhas, contém elevada porcentagem de proteínas e vitaminas, mas é muito pouco utilizada no Brasil. Na África é largamente consumida, sendo o picadinho de folha de mandioca com castanha moída uma iguaria das mais nutritivas. O caule triturado é usado como ração animal.

A macaxeira é a mandioca que contém baixo teor de ácido cianídrico[2], podendo ser consumida diretamente, principalmente cozida ou triturada. Do ponto de vista econômico, a mandioca e a macaxeira são produtos distintos, desde sua composição passando por canais distintos de comercialização até o consumo final. Embora as estatísticas oficiais confundam os dois produtos e não existam nítidas diferenças na anatomia das plantas.

As variedades são distintas, mas as plantas semelhantes. O processamento em farinha de mandioca é bastante tradicional, de modo que em muitas localidades o processamento ainda mantém uma estrutura do período colonial, no qual a casca escura da mandioca é retirada com uso de pequenas facas e a raiz branca, depois de moída, vai para a prensagem que pode ser realizada de forma manual ou em recipientes de palha torcidos e apertados para a retirada da manipueira (Op. Cit.,p. 8).

A massa, que quanto mais seca melhor, é espalhada em forno amplo, geralmente de formato circular, de barro, com abertura inferior para colocação de lenha, no qual é torrada até o ponto desejável, sendo continuamente revirada para evitar ficar queimada. Com o passar dos anos, a tecnologia foi progressivamente mudando, primeiro com a inserção da bolandeira, que é uma grande roda puxada por animais que move o rodete para moer a mandioca em grandes prensas de madeira, ainda hoje utilizada. Com a chegada da energia elétrica foram inseridos motores para mover os moinhos trituradores (APL/AL 2004/2007).

A produção brasileira de mandioca é praticamente consumida no mercado interno, com cerca de 0,3% da produção nacional sendo exportados nos últimos 10 anos. O Brasil já foi o primeiro produtor mundial, atingindo 30 milhões de

toneladas no início da década de 70. Atualmente, mesmo em decréscimo é o segundo país com maior produção: cerca de 20 milhões de toneladas em 2000. A redução da área cultivada com mandioca tem ocorrido nos últimos 30 anos, em maior nível no Nordeste. A cultura tem se expandido apenas em Mato Grosso do Sul em virtude da instalação de grandes indústrias produtoras de fécula.

As regiões Norte e Nordeste destacam-se como principais consumidoras sob a forma de farinha. No Sul e Sudeste, com rendimentos médios de 19 t/ha e 16 t/ha, respectivamente, a maior parte da produção é destinada à indústria, principalmente, no Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Desta forma, é importante ressaltar que a mandiocultura está presente em praticamente todo o território nacional, mas a sua concentração maior é na Região Nordeste, cuja participação varia entre 35% e 40% da produção, destacando-se a Bahia, Maranhão e Ceará. Esta região se caracteriza pelo clima mais seco, altas temperaturas e longas estiagens, o que dificulta o cultivo de outras culturas menos resistentes que a mandioca. A Bahia é o principal produtor nordestino, possui o maior número de pequenas fábricas de farinha e conta com um importante e mais antigo centro de pesquisas da EMBRAPA, em Cruz das Almas (SEAB/PR, 2009, p. 4).

No Norte, o estado do Pará, com uma produção média de 5 milhões de toneladas, representa a liderança nacional. Assim como nos estados do Nordeste, o Pará se destaca pelo enorme número de casas de farinha, goma e polvilho azedo. Na capital Belém, as feiras livres formam o principal centro de comercialização desses produtos e o excedente é exportado para alguns estados do Nordeste (tabela 7).

No Centro-Oeste, ao contrário do Norte/Nordeste, a sua produção se destina principalmente para as indústrias de fécula e uma parcela menor é consumida sob a forma de farinha ou utilizada na alimentação animal. Nesta Região destaca-se o Mato Grosso do Sul, onde as indústrias de fécula foram instaladas mais recentemente durante os últimos 15 anos (tabela 7).

O estado de São Paulo, embora não seja expressivo produtor de mandioca, possui modernas indústrias de fécula e seus modificados e representa o maior centro de comercialização do país. Nos anos 60/70 contribuiu com a produção de raspas de mandioca, absorvida naquele período pela indústria de

panificação. Minas Gerais tem forte presença na produção de polvilho azedo, este produto tem como fim principal a indústria de bolachas e pão de queijo.

Na Região Sul, o Estado do Paraná continua liderando na produção agrícola e industrial, conta com o maior e o mais moderno porque industrial do país e contribui com uma média de 60% da produção nacional de fécula. Vale destacar que na década de 80, muitas indústrias de Santa Catarina foram transferidas para o Paraná, atraídas em sua maioria pelas vantagens que as prefeituras ofereciam como isenção de impostos e ajuda na instalação das indústrias (tabela 7).

Ainda segundo a Análise da Conjuntura Agropecuária SEAB/PR, Santa Catarina também produz fécula, farinha e polvilho azedo, possui um importante centro de pesquisa em Itajaí, o qual foi desativado nos últimos anos e atualmente está retornando os trabalhos em Urussanga. O Rio Grande do Sul continua produzindo mandioca apenas para o consumo animal e humano (SEAB/PR, 2009) (tabela 7).

É importante salientar que apesar da estagnação da produção, o Brasil avançou consideravelmente nas pesquisas agrícola e industrial. Nos últimos 15 anos, criada a Associação Brasileira de Produtores de amidos de mandioca (ABAM) e, mais recentemente, as Câmaras Setoriais - nacional e estaduais. Essas organizações em conjunto com os centros de pesquisa da EMBRAPA em Cruz das Almas, na Bahia, o IAC em Campinas e o IAPAR, no Paraná buscam implementar as políticas que venham de encontro às necessidades que o setor exige.

Tabela 7

Brasil – Principais Estados

Mandioca: Área, Produção e Produtividade
2008/2009

Regiões/Estados	Área (1000ha)	Produção (1000t)	Produtividade (kg/ha)	Participação %
Nordeste	899	9.982	11.103	37,4
Bahia	324	4.200	12.963	15,7
Maranhão	213	1.750	8.216	6,5
Ceará	104	1.020	9.808	3,8
Outros	258	3.012	11.675	11,3
Norte	477	7.151	14.992	26,7
Pará	317	5.008	15.789	18,7
Amazonas	76	708	9.316	2,6
Outros	84	1.435	17.083	5,4
Sudeste	123	2.226	18.098	8,3
Minas Gerais	57	864	15.158	3,2
São Paulo	41	972	23.707	3,6
Outros	25	390	15.600	1,5
Centro-Oeste	82	1.370	16.707	5,1
Mato Grosso do Sul	25	484	19.360	1,8
Mato Grosso	36	545	15.139	2,0
Outros	21	341	16.238	1,3
Sul	296	6.006	19.974	22,9
Paraná	180	4.118	20.291	15,4
Rio Grande do Sul	84	1.327	22.878	5,0
Santa Catarina	32	561	17.531	2,1
Brasil	1.877	26.735	14.230	100,0

Fonte: IBGE, SEAB/DERAL

3.2 A mandiocultura na produção do espaço sergipano e lagartense: a pequena produção familiar

Apesar da continuidade da atividade camponesa nas pequenas propriedades e do avanço das relações capitalistas de produção no campo, em Sergipe, desde o período colonial até a atualidade, predominou a grande propriedade, inicialmente de força escravista, depois com o assalariamento direto e indireto.

De acordo com Diniz (1996), os séculos XVII e XVIII foram voltados para a criação de gado, posteriormente para a cana-de-açúcar, quando passa a perder espaço com o fortalecimento da pecuária na região do Cotinguiba.

Permeando as culturas das grandes propriedades, aparece o posseiro, que, segundo Diniz (1996, pp. 51-52), “invadiam as terras ocupadas pertencentes ao grande proprietário”, áreas de difícil acessibilidade, nos limites das sesmarias, em terras de menor valorização, semi-explorada, abandonada. Eles produziam para o mercado e eram responsáveis por alargar em números o universo do pequeno produtor sergipano.

Além da figura do posseiro, como mola inicial da formação da pequena produção familiar em Sergipe, não se pode esquecer o vaqueiro, importante na expansão da atividade pecuarista do Sertão[12]. Para Diniz na entrada do povoamento para o Sertão, “não se pode ignorar a figura do vaqueiro, utilizando-se da quarteação, este que acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura camponesa de pequenos pecuaristas...” (1996, p. 35).

A pequena propriedade esteve atrelada a produção de cultivos alimentícios como milho, feijão, arroz e mandioca abastecendo as cidades do Estado e algumas baianas[13]. O cultivo da mandioca no estado de Sergipe não é recente, porém, nos municípios do Centro-Sul de Sergipe, a exemplo de Lagarto, este cultivo por ser tradicional tinha pouca relevância, uma vez que os lucros obtidos para o agricultor não garantiam os resultados mínimos de sobrevivência.

De acordo com Almeida (1991), no livro *Textos para a história de Sergipe,* os portugueses que aqui se estabeleceram cultivavam produtos de subsistência juntamente com suas famílias, no momento em que a produção aumentou, estes passaram a abastecer Bahia e Pernambuco e o produto mais comercializado era a farinha de mandioca.

No momento em que a o cultivo da cana de açúcar avançou em Sergipe, esses produtos de subsistência recuaram para as áreas menos férteis, dessa forma, a cultura da cana-de-açúcar e a pecuária sergipana concorriam com os produtos de subsistência. Daí a relevância da cultura da mandioca na condição de

[12] O vaqueiro recebia como forma de pagamento a quarteação (de quatro animais nascidos na fazenda, um ficaria com o vaqueiro), segundo Diniz, o vaqueiro através destes animais passou a criador, nascendo nova modalidade da pequena propriedade em Sergipe, que resiste em determinados locais até hoje.

[13] Fator importante na consolidação da pequena propriedade em Sergipe, segundo Diniz (1996) fora a Guerra de Secessão (Estados Unidos, 1861- campos algodoeiros americanos, estimularam a produção no Estado, o abastecimento das indústrias - 1896), devastando a produção têxtil inglesa. Os incentivos foram animadores, levou até os grandes proprietários a produzirem o algodão. Com a retomada dos campos americanos, entra em decadência a produção sergipana.

atividade complementar, aparecer como grande contribuidora no processo de ocupação e uso do solo agrícola em Sergipe, principalmente na região de agreste.

Segundo Jesus (2006) as culturas de subsistência tiveram um importante papel na ocupação do agreste sergipano, principalmente através do cultivo de mandioca produzido pelas pequenas propriedades. Porém, continua o autor, “por fazer parte das atividades complementares quanto à economia mercantil, não atribuía status social e nem mesmo político, principalmente em relação à cana de açúcar que se desenvolvia no território sergipano”. (2006, p. 90)

Contudo, até hoje, em Sergipe, o cultivo da mandioca, principalmente quanto à produção de farinha, continua como um produto de grande importância alimentar, assim como acontece para toda região Nordeste do Brasil. Produto utilizado principalmente em pequenas unidades de produção com o uso do trabalho familiar, garantindo a reprodução e a permanência do campesinato no campo, como acontece no município de Lagarto de forma tradicional.

No decorrer do século XX, percebe-se a ordenação espacial da produção familiar pelo território sergipano, com destaque para os cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão, associados ou não a pecuária, em especial a bovina. No Litoral, o coco-da-baía; no Agreste, de maior diversificação, em circunvizinhanças de Itabaiana, frutas e hortaliças; no Baixo São Francisco, em áreas de várzeas, o arroz e em Lagarto, o fumo, o maracujá, a mandioca e a laranja, esta última se estendendo por todo Centro-Sul do Estado.

3.3 O ordenamento territorial da atividade agrícola no campo sergipano: os pacotes tecnológicos e as mudanças no espaço agrário lagartense

Salienta-se a ação do Estado na agricultura sergipana, apesar de, por vezes, priorizar os grandes proprietários (agricultura patronal). É inegável a importância do Estado ao criar Programas e Projetos, a exemplo do POLONORDESTE. Segundo Diniz (1996), o governo implantou 23 colônias entre 1977 e 1987, dando maior dinamismo à pequena produção sergipana.

O Projeto Nordeste, elaborado através da ação do PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), financiou o “Chapéu de Couro (no Governo de João Alves Filho); e o “Campo Verde” (no governo de Antônio Carlos Valadares) estes projetos obtiveram repercussão estadual nos investimentos voltados para o pequeno agricultor.

Em Sergipe, através da ação governamental, seja estadual ou federal, foram criados projetos de irrigação que, apesar da atual fragilidade, são pontos de referência na agricultura do Estado, classificados por Diniz (1996) como áreas de exceção. É possível fazer menção aos projetos Jacarecica e Ribeira em Itabaiana; no Rio São Francisco (Projetos Propriá e Betume), abrangendo os municípios de Ilha das Flores, Propriá, Telha e Neópolis, pela CODEVASF que, segundo Pinto (1999, p. 128), “se realizou após desapropriações de grandes propriedades em área de várzea”.

Em seus projetos no estado de Sergipe, a CODEVASF utilizou da mesma estratégia: desapropriação de grandes várzeas anteriormente ocupadas por famílias de meeiros e arrendatários que cultivavam vários produtos, tendo como caro-chefe o arroz. Sob a orientação da CODEVASF, o arroz foi plantado nos perímetros irrigados juntamente com a policultura.

O município de Lagarto, especificamente, torna-se palco de políticas públicas para o campo a partir do século XX. Na segunda metade do século, precisamente na década de 1950, surge o povoado Colônia Treze[14]. Nos primeiros anos da década de 1960 foi criada a COOPERTREZE (Cooperativa Mista dos Agricultores da Colônia Treze), desempenhando em sua trajetória um papel importante e fundamental na dinâmica agrícola de Lagarto e de outros municípios do centro-sul sergipano. Em relação a essa questão, Josefa Lisboa (1999) enfatiza o seguinte:

> A Coopertreze foi criada no contexto de pauperização das relações de poder entre os donos da terra e os trabalhadores. Pequenos minifundistas e trabalhadores avulsos estavam subordinados ao fazendeiro Sr. Antônio Martins, este proprietário foi importante no processo de colonização, ele detinha poder político e econômico. Garantiu o financiamento do Banco do Brasil na construção de casas e plantio de fumo e mandioca doando

[14] O povoado Colônia Treze tem esse nome por estar distante treze quilômetros da sede do município.

> lotes para as famílias que já trabalhavam na terra. Mas, posteriormente, fortes chuvas destruíram essas plantações e casas, a situação caótica, propiciou as instituições financeiras (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) bem como a SUDENE e o CONDESE que formassem a cooperativa (LISBOA, 2001, p. 219)

Tecnologias foram aplicadas na região por meio da nova cooperativa, com um consequente aumento da produtividade agrícola na área. No entanto, é importante ressaltar que todos esses acontecimentos estavam associados às forças controladoras dessas atividades:

> As forças centrípetas resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinadas às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. Elas agem no campo, agem na cidade e agem entre cidade e campo. No campo e na cidade, elas são respectivamente, fatores de homogeneização e de aglomeração. E entre o campo e a cidade, elas são fatores de coesão (SANTOS, 1996, p. 227)

Neste contexto, Lagarto que era um grande produtor de fumo passa a ter sua produção e comercialização controladas pela cooperativa, fator que possibilita a redução da figura do intermediário e leva o município a assumir uma posição de influência econômica frente aos demais municípios do centro-sul sergipano (LISBOA, 2001, p.40).

No período compreendido entre 1963 e 1979, a Coopertreze instalou sete núcleos coloniais em 5.989 há, nos quais assentou 1.213 famílias. Segundo a análise sócio–econômica das cooperativas do estado de Sergipe – INCRA (1989), essas famílias produziam basicamente fumo, citros, culturas de subsistência e maracujá. Para as instalações, a cooperativa recebeu financiamentos dos bancos: do Brasil, do Nordeste do Brasil e do Estado de Sergipe – BANESE, segundo Rosemiro Magno da Silva (1995).

A partir da Coopertreze, a modernização foi se estabelecendo no espaço rural lagartense através do cultivo da laranja que passou a direcionar as mudanças nas relações de produção e trabalho. Dessa forma, com a laranja houve a expansão das relações capitalistas no campo.

Segundo Oliveira (2007), em Sergipe, os plantios de laranja se iniciaram em 1920 no município de Boquim. Na década de 1940 e 1950, a laranja se expande para os municípios vizinhos de Pedrinhas, Arauá e Riachão do Dantas, mas ainda não havia adquirido caráter comercial, era apenas de “quintais”.

O fortalecimento do mercado nacional de laranja na década de 1960 e o estímulo às culturas de exportação subsidiadas por créditos agrícolas fizeram com que houvesse uma forte ação governamental na ampliação da citricultura. Quanto a essa questão, Pinto (1996) comenta:

> A citricultura brasileira passou a ter expressividade econômica a partir dos anos de 1960. Em Sergipe, esta é uma atividade desenvolvida há mais de cinco décadas. Contudo, sua expressividade no cenário econômico do estado data também da década de 1960, quando esta cultura passou a ter valor comercial. A partir de então a citricultura tomou um grande impulso em termos espaciais acompanhado pelo aumento da receita arrecadada. No que diz respeito a área a laranja é, dentre os principais produtos agrícolas do Estado, perenes ou temporários, a lavoura que mais cresceu. (pp. 98 e 99)

Em meados de 1970, a laranja em Sergipe se expande pelo Centro-Sul e atinge 14 municípios, no município de Lagarto essa expansão se dá através da Cooperativa Mista dos Agricultores do povoado Colônia Treze. Ainda segundo a autora, a cooperativa foi utilizada pelo Estado como instrumento para viabilizar a modernização, sobretudo na produção de laranja, através da aquisição de terras, atração de capital com inovações tecnológicas.

Josefa Lisboa (2001, p.219) afirma que “a política do governo encontrava para o setor agrícola no sistema cooperativo um veículo de aliança entre os capitais industriais e financeiros”. Dessa forma, em Lagarto, os cultivos tradicionais como a mandioca (consumo das famílias) e o fumo (comercialização) foram substituídos pela laranja. Sobre o assunto Oliveira (2007) ressalta que:

> Em 1975, um nítido processo de modernização atingia o sul do Estado concentrado em Boquim e na Colônia Treze - Lagarto. Nesse momento todos os citricultores com menos de 10 há já utilizavam fertilizantes e 75% faziam uso de tratores e estavam vinculados ao sistema financeiro. (p. 90)

Assim como acontecia no contexto nacional, pesquisas voltadas para busca de tecnologias passaram a atuar em Sergipe através da ENDAGRO, que no período chamava-se EMATER[15] e da EMBRAPA. Estas voltadas para dinamizar a agricultura e com o objetivo de aumentar a produtividade. A assistência técnica e a extensão rural cumpriram seus papéis, mas a forma de atuação seguia padrões da modernização induzida atuando de forma seletiva.

A implantação de infraestruturas variadas e o conjunto de políticas públicas, com destaque para assistência técnica, pesquisa agropecuária, e extensão rural (disseminadora de pacotes tecnológicos) propiciaram significativos ganhos de produtividade na laranja, sobretudo, a partir da década de 1980. Nesse período, a laranja em todo Centro-Sul do estado alcançou um forte crescimento e consolidação, mesmo com certa tendência nacional, no mesmo período, para uma redução de crédito agrícola.

A década de 1990 trouxe para a produção de laranja do Estado uma forte crise, provocando na região citricultora um grande desemprego e, especificamente em Lagarto, endividamento e expropriação. Destarte a esse processo de retração da economia nacional, de inflação e de juros altos da década de 1990, a COOPERTREZE também acaba sentindo as consequências e passa por uma redução do número de seus associados.

Segundo Oliveira (2007, p. 154) os principais fatores para a crise em toda a região Centro-Sul foram:

> A falta de capacitação dos produtores em virtude da baixa assistência técnica; desorganização do sistema comercial da citricultura; falta de integração dos produtores com as industriais de suco; avanço de pragas e doenças nos pomares; sucateamento e ineficiência da assistência técnica; Somado a esta situação, tem ocorrido um forte aumento dos custos de produção, baixa produtividade e qualidade da laranja, sem contar que os produtores estão bastante empobrecidos, existe a inadimplência com os bancos e forte desemprego.

Pinto (1996) esclarece que a crise da citricultura brasileira dos anos 90 foi prevista pelas projeções da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) para o período 1989/99 e que essas previsões se

[15] Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Sergipe.

confirmaram, ou melhor, foram até generosas com a realidade que se estabeleceu de fato, pois a queda de preço da safra de 1992/93 foi muito maior que a prevista pela FAO.

Esse fato acabou pressionando o preço da laranja para baixo, provocado pelo aumento da oferta, “a citricultura brasileira inicia a década de 1990 sentindo o “gosto azedo” da crise”. (Op. Cit., p. 111)

Pinto (1996) lembra que:

> Os produtores paulistas vendem sua produção por preços menores que os sergipanos, e mesmo assim, conseguem um lucro relativamente maior, pois seus pomares são mais produtivos. Dessa forma, a saída para os produtores sergipanos seria aumentar a participação do mercado “in natura” no consumo interno, fato que já está nas suas consciências. (p. 115)

Os dados referentes à citricultura sergipana também seguem a dinâmica nacional de modo geral. Pois essa dinâmica é comandada pelo estado de São Paulo, pólo tecnológico que detêm a liderança absoluta na produção de laranja brasileira. A produtividade é um dos principais fatores para a crise, mas o autor lembra que o preço também era causa de choques entre os produtores e indústrias naquele momento.

3.3.1 Políticas públicas para o campo sergipano e lagartense no contexto neoliberal

Nas décadas de 1960 e de 1970, o governo federal direcionou grande volume de recursos para a agricultura, de acordo com Alvarenga e Carvalho (2006), visando à modernização do setor por meio do crédito rural. As autoras colocam ainda que na década de 1980, houve o agravamento da dívida externa e, com ele, as crises financeiras do Estado, dessa forma, foram colocadas em prática uma série de reformas estruturais na economia brasileira com redução do volume de crédito e aumento de taxas de juros. A partir de 1988, o quadro da crise governamental começa a mudar e vem à tona a criação dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional, assegurando recursos para

financiamento das atividades produtivas de regiões menos desenvolvidas no país (Ibid, pp.: 23 e 24)

No contexto da crise na citricultura, o estado de Sergipe recebe os impactos das políticas dos denominados governos neoliberais. A partir da década de 1990 inicialmente na representação no Governo de Fernando Henrique Cardoso e posteriormente referendado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vem sendo inauguradas no campo uma série de políticas públicas de financiamento e crédito voltadas exclusivamente para a produção familiar. Políticas Públicas que em seus objetivos e discursos, a exemplo da FAO-INCRA (2004) fundamentam-se na inclusão da unidade familiar na economia agrária, pelo crescimento da renda, do emprego, da produção via adoção e instalação de um novo modelo de reforma agrária. (RODRIGUES, 2010).

Rodrigues (Ibid) observa que o espaço agrário brasileiro vem sendo dominado por atividades econômicas e produtivas fora da esfera do cultivo da terra, denominadas de pluriatividade. Nesse viés, as Políticas Públicas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso vem sendo pautadas na afirmativa de que a agricultura como atividade produtiva tem diminuído sua importância na geração de emprego e ocupação. A pluriatividade é considerada por teóricos do denominado Grupo de Campinas/SP como uma atual estratégia de reprodução social e econômica especialmente das famílias rurais. Neste sentido, a questão principal do campo não reside mais na terra ou na garantia de possibilitar uma política de crédito para financiamento de projetos que subsidiem apenas possibilidades de empregos.

Atualmente, podemos citar diversos tipos de políticas públicas voltadas a produção familiar[16], a exemplo das políticas de financiamento e crédito como o PRONAF, e aquelas voltadas aos assentamentos rurais (PROCERA), de segurança alimentar e abastecimento (CONAB) e de geração de emprego e renda e fixação do homem no campo (PROGER-RURAL), coordenadas pelo Ministério

[16] Esse conjunto de políticas públicas vem sendo absorvidas rapidamente por muitos intelectuais que discutem a questão agrária, e por alguns movimentos sociais, como um meio transformador. São vistos como possibilidade de gerar o “desenvolvimento rural”, um meio concreto de inclusão social para amplos segmentos da produção familiar brasileira, apresentando-se como uma alternativa de mudança na configuração da exclusão e da pobreza do espaço agrário (RODRIGUES, 2010, p.10).

do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semi- Árida de Sergipe - Pró-Sertão financiada pelo FIDA e os *Planos de Desenvolvimento Territorial* desenvolvidos pelo governo estadual.

Segundo Rodrigues (2010) e, como foi explicitado anteriormente, instituído a princípio como uma linha de crédito, em 1995, o PRONAF surge como a primeira Política Pública voltada para a produção camponesa. Em 1996, torna-se um programa governamental, com o discurso de uma política integrada de desenvolvimento sustentado para o meio rural brasileiro. De acordo com o documento base (FAO/INCRA, 1994)[17], o PRONAF foi criado com a intenção de atender o conjunto dos agricultores familiares com o objetivo da inclusão da unidade familiar pelo crescimento da renda familiar, do emprego, da produção, via adoção de políticas de re-ordenamentos territoriais combatendo, desta forma, parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural, que gera o êxodo rural[18].

No que tange ao financiamento da produção agrícola através da linha de crédito do PRONAF em Sergipe, podemos dizer que este tem tido abrangência a cada ano, se espalhando por quase todo estado. Observando-se de acordo com os dados levantados há a princípio uma concentração dos créditos efetivados nos municípios do Sudoeste do estado compreendido por Simão Dias, Poço Verde, Lagarto e Riachão do Dantas. Estes municípios abarcaram 9.160 operações no ano de 1996 até 1999, referente a 45% do total de créditos concedidos no estado.

O PRONAF, em seus objetivos, deveria atingir prioritariamente os produtores familiares enquadrados como *agricultores periféricos*. São estes, agricultores familiares de baixíssima renda, principalmente os das regiões semi-

[17] FAO/INCRA - **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável** - Brasília -1994;

[18] No documento base do PRONAF (FAO/INCRA, 1994) destacam-se os seguintes objetivos: propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares. A partir de 1999, no segundo governo de Fernando Henrique, o PRONAF sofreu alterações institucionais deixando de fazer parte do Ministério da Agricultura, passando a ser incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e criou-se a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ligado ao MDA. Além disso, houve a segmentação do público beneficiário do programa, definidos em quatro grupos distintos de agricultores familiares beneficiários do programa: os estabilizados economicamente (Grupo D); os com exploração intermediária, mas com bom potencial de reposta produtiva (Grupo C); os com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção (Grupo B) e os assentados pelo processo de reforma agrária (Grupo A). Além disso, o programa passou a ter três eixos básicos, Pronaf infra-estrutura, Pronaf capacitação e Pronaf Crédito.

áridas, que detém um dos maiores bolsões de pobreza do país. Segundo dados do Censo agropecuário do IBGE 1995-1996, os agricultores familiares enquadrados nessa modalidade constitui o contingente mais numeroso da agricultura familiar, com cerca de 53% do total de estabelecimentos de agricultores familiares em todo país, dos quais no Nordeste aumenta para 75%.

Muitos agricultores familiares não têm sequer acesso a terra e sobre esse assunto Conceição (2003) sinaliza:

> Embora o capital não seja o proprietário direto da terra, a família, não tem mais o domínio sobre esta, passando a produzir em função dos interesses capitalistas, que subordinam a produção camponesa e subjugam a renda da terra ao capital. Do desejo da autonomia da terra, o pequeno produtor familiar se crê autônomo por não ser assalariado, mas é apenas sujeito sujeitado do movimento desigual e contraditório do capital. Tornando-se dependente dos fluxos do mercado, ele não rompe com as relações capitalistas, o que de Fato faz, é manter-se vivo para o capital. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 4)

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ganhou importância como mecanismo de desenvolvimento rural que visa expandir a agricultura e melhorar a vida no meio rural por meio de crédito rural, apóio às infraestruturas locais e capacitação aos produtores[19]. De acordo com Alvarenga & Carvalho (2006), a agricultura familiar tem importância estratégica para a economia agrícola do país. Por outro lado, há os que a criticam com base no caráter contraditório dessas políticas que tem apostado no desenvolvimento local e no fortalecimento da chamada “agricultura familiar”, no entanto tem potencializado, paradoxalmente, a pluriatividade, o agronegócio e o lucro das instituições financeiras (CONCEIÇÃO, 2005).

Embora para muitos seja admitido como válidos estes pressupostos, não cabe dúvida que entre o discurso em torno da defesa dos atributos destas

[19] Os beneficiários do Pronaf são divididos em quatro grupos: A, B, C e D. Fazem parte do grupo A os agricultores familiares assentados (reforma agrária); O grupo B é formado por agricultores familiares de renda baixa e assalariados rurais que possuem estabelecimento rural ou famílias cujas atividades não são ligadas a agricultura; O grupo C é formado por agricultores familiares totalmente descapitalizados que exercem atividade não agrícola em estabelecimento rural; O D é formado por agricultores familiares com algum nível de capitalização e que exercem atividades não agrícolas. (ALVARENGA E CARVALHO, 2006, p.24)

políticas e a importância social da (re)produção camponesa, diante dos instrumentos mais adequados para potencializá-la, há uma distância considerável.

A partir do ano de 2003 foram implantadas em Sergipe, através da Secretaria da Agricultura de Sergipe (SAGRI) e do Departamento Agropecuário de Sergipe (DEAGRO), tecnologias voltadas para a produção de mudas cítricas de laranja, era o chamado Programa de Revitalização da Citricultura “por meio da produção de mudas cítricas com tecnologia inovadora, para a substituição dos pomares decadentes em produtividade.” (OLIVEIRA, 2007, p. 144)

O programa viabilizava uma série de tecnologias visando aumentar a produtividade e tornar a planta mais saudável, garantindo assim maiores lucros com a produção. Todavia, a técnica de produção de mudas e sementes em viveiros (estufas teladas) não atingiu a maioria dos antigos produtores, muitos deles camponeses, chegou apenas para uma minoria de privilegiados produtores capitalizados. Motivado por este e outros sérios motivos, observa-se que o programa não atingiu o sucesso tão aguardado e a laranja em Sergipe, de modo geral, continuou em crise como afirma a própria autora:

> Os principais fatores da crise e, que ainda persistem em toda região Centro-Sul são: a falta de capacitação dos produtores em virtude da baixa assistência técnica; desorganização do sistema comercial da citricultura; falta de integração dos produtores com as indústrias de suco; avanço de pragas e doenças nos pomares; sucateamento e ineficiência da assistência técnica. Somado a esta situação, tem ocorrido um forte aumento dos custos de produção, baixa produtividade e qualidade da laranja, sem contar que os produtores estão bastante empobrecidos, existe a inadimplência com os bancos e forte desemprego. (OLIVEIRA, 2007, p. 154)

Sem falar no preconceito que começou a crescer frente ao produtor de mudas não teladas, pois a muda ao céu aberto passou a ser considerada “clandestina” ou “ilegal” por parte dos órgãos públicos, porém a necessidade de sobrevivência desses produtores não permitiu que eles parassem a produção, mesmo com a constante ameaça da Polícia Federal em invadir suas terras para acabar com suas plantações de mudas no chão. (Op. Cit., p. 158).

Outro aspecto relevante, propiciado pela introdução de tecnologia no espaço rural lagartense, foi a incorporação do fumo em folha pela Souza Cruz.

Este fato se reflete na produção do fumo em corda que vem caindo, como afirma Oliveira (Ibid). A autora destaca que há uma queda da comercialização do fumo em corda nos últimos anos, não somente no município de Lagarto, mas em todo o estado. Nesse contexto, observa-se o avanço para a região Centro-Sul sergipano da empresa Souza Cruz[20] com a produção de fumo em folha. Esse fumo é produzido a partir de sementes melhoradas, adubos, substratos e o uso de agrotóxicos usados sob a orientação de técnicos da própria empresa.

Lagarto é o maior produtor de fumo em corda de Sergipe, segundo Oliveira (Ibid), o município produziu, em 2005, de acordo com dados da Produção Agrícola Municipal, 1.430 toneladas. Percebe-se então o alto nível de exploração do agricultor, além de ser uma atividade agrícola altamente trabalhosa é danosa a saúde, uma vez que exige o uso de agrotóxicos.

Ainda segundo a autora, a empresa dá preferência absoluta neste tipo de atividade para,

> ... pequenos proprietários, que sejam donos da terra e que moram com a família; para aqueles que tenham receptividade da técnica e tecnologias empregadas no cultivo, tenham energia elétrica na propriedade para que a estufa funcione. (OLIVEIRA, 2007, p. 165)

Essas são as condições básicas para que um agricultor possa se tornar um produtor de fumo da Souza Cruz. O motivo dessa preferência é porque com os pequenos produtores eles teriam menores custos, não teriam também o conflito patrão x empregado que geralmente ocorre se for uma empresa.

Mas, mesmo assim, observa-se que poucos camponeses aderem à produção do fumo comandada pela Souza Cruz. Em Lagarto, até o ano de 2007, “havia apenas dois produtores” (Ibid, p.166). A principal razão para essa pequena participação dos agricultores locais, segundo a mesma, é porque dá mesma forma que no fumo tradicional (em corda) há também através da Souza Cruz uma

[20] **Souza Cruz** é uma produtora de cigarros brasileira subsidiária da British American Tobacco. Foi fundada por Albino Souza Cruz em abril de1903 no Rio de Janeiro, dando origem a um dos cinco maiores grupos empresariais do Brasil que detêm a liderança no mercado nacional há mais de 50 anos. O fumo em folha ou em corda são assim chamados pelos produtores para diferenciar a forma como os dois tipos de fumo vão para a secagem e também o direcionamento da produção: fumo para sacos (corda) e fumo para carteira (folha), mas para o IBGE o fumo em corda é o fumo em folha nos dados da Produção Agrícola Municipal. Produção Agrícola Municipal. Entre os principais agrotóxicos usados no fumo em folha se encontram: Roundup, Agral, Nomolt 150, Ridomil Gold, Confidor e o Orthene.

veemente exploração do trabalho e o custo da participação do produtor é muito alto, mesmo que ele tenha muitos anos para pagar a dívida. Isso tudo acaba gerando uma situação de dependência junto à empresa.

Andrade (1994), trabalhando essa questão do avanço das grandes empresas que acabam criando territórios, provocando desterritorializações e novas territorialidades, enfatiza:

> ... nos territórios produzidos pelas empresas em suas áreas de influência, áreas que se expandem ocupando novos espaços e, ao mesmo tempo, se descaracterizam e perdem influência territorial à proporção que se expandem (p. 220)

Segundo o autor, a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação e provoca o sentimento da territorialidade. Por outro lado, para a Souza Cruz, de acordo com Vanessa Dias de Oliveira (2007), o principal impasse no projeto de fumo em estufas do município de Lagarto está na tradição do fumo em corda, que é vendido para Maratá e Fumo Rocha, empresas localizadas no município e concorrentes diretas da Souza Cruz.

Dessa forma, o município de Lagarto e as demais áreas do Agreste sergipano, segundo a mesma autora, passam a fazer parte do chamado meio técnico-científico com os cultivos do fumo e da citricultura ainda no século XX.

A partir do ano de 2007, segundo Rodrigues (2010) as políticas públicas que têm (re)configurado o espaço agrário do Centro Sul sergipano. A definição da área para efeito da absorção destas políticas tem como referencial a classificação estabelecida em 2007 (Decreto Estadual nº. 24.338), e se constitui em uma unidade de Planejamento do estado de Sergipe, que serviu de base para o PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO, do GOV. DE SERGIPE (2008). Delimitou-se entre outros, como um dos territórios, o Território Centro-Sul Sergipano[21] que localiza-se no Centro-Sul do estado de Sergipe, formado por

[21] Sua história de ocupação e economia é marcada pela pecuária, seja na bovinocultura, seja na criação de ovinos, equinos, aves e caprinos. O território bovino é voltado principalmente para a pecuária de corte, sendo a carne comercializada basicamente no mercado regional; o manejo é predominantemente de forma extensiva, sendo que no período seco é comum a ocorrência de insuficiência alimentar, o que contribui para o aumento dos custos da produção. Este território participa o maior rebanho bovino do estado (199.528 cabeças de gado). Possui o maior rebanho de

cinco municípios (Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas e Tobias Barreto) (Figura 2).

O denominado Território Centro-Sul Sergipano tem grande importância econômica e vem sendo intensamente transformado através do estabelecimento das políticas públicas no campo e se destacado na mídia como um dos territórios que mais recebeu aporte de políticas, a exemplo de Poço Verde, Lagarto, e Simão Dias que se destacam dentre os 30 municípios que mais receberam crédito para a produção familiar no Nordeste (RODRIGUES, 2010, p.21)

Recentemente, há uma valorização da mandioca no mercado, em especial os produtos oriundos de seu manejo, e isto tem feito com que haja uma migração de outros produtores para a mandioca em Lagarto, em especial da laranja e do fumo. Este comportamento não significa dizer que a mandiocultura encontra-se em franca expansão na área estudada, pois como foi visto, produtos como a acerola e o maracujá, matérias primas importantes para a indústria, avançam sobre a mandioca e diminuem sua área plantada em muitas unidades produtivas locais, inclusive com o fechamento de muitas casas de farinha.

O capítulo subsequente vem apresentar o quadro dessa cultura agrícola no município, pois tradicionalmente a mandioca sempre foi cultivada em Lagarto, porém depois da decadência de importantes produtos como o fumo e a laranja, esta cultura passa a exercer um papel expressivo como principal fonte de renda de grande parte dos pequenos produtores do município e, especificamente na área pesquisada, isso se torna notório.

---

mulas (31%), equinos (26%) e bestas (36%) de todo o estado. Na pecuária, também merece destaque a produção de ovinos, segundo maior em ovinos (30%) (IBGE, produção pecuária, 2006).

IV - Capítulo III

4. DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DAS COMUNIDADES ESTUDADAS E O PAPEL DA MANDIOCULTURA NA REPRODUÇÃO SOCIAL

> Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que esta relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1981, p. 175)

Ao se propor uma discussão sobre o espaço rural brasileiro é necessário levar em conta toda a complexidade e a heterogeneidade que reveste as formas e as relações de produção no campo. São muitas situações envolvendo diferentes atores sociais: trabalhadores volantes, posseiros, trabalhadores sem-terra e pequenos produtores familiares.

Esses agricultores rurais que trabalham com suas famílias também se destacam pela grande diversidade de maneiras de produzir, de viver no campo e de organizar o trabalho familiar. As rendas auferidas, sua relação com a terra e com as instâncias do poder local, com o mercado, as características da propriedade, além de toda dinâmica sócio-econômica da produção familiar são estabelecidas de acordo com as diferentes formas de organização da propriedade, conforme destacamos no item a seguir:

4.1 As diferentes formas de organização da pequena produção familiar na área de estudo

O Homem começa a produzir o espaço quando trabalha junto com outros homens em cooperação, ou seja, em sociedade. Santos (1986) enfoca que a materialização desse trabalho leva a pensar o espaço como detentor de dupla dimensão: o espaço como valor de troca e como valor de uso. Ao abordar a produção espacial o autor argumenta que o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes.

É pensando na construção de um espaço social marcado por contradições que se busca estudar a área referente aos povoados Açuzinho, Açu Velho, Colônia Treze, Brasília e Boa Vista do Urubu, onde na maioria dos estabelecimentos a produção da mandioca está presente, os produtores são originalmente do município de Lagarto, mas aparecem também produtores provenientes de outros municípios (Figura 3).

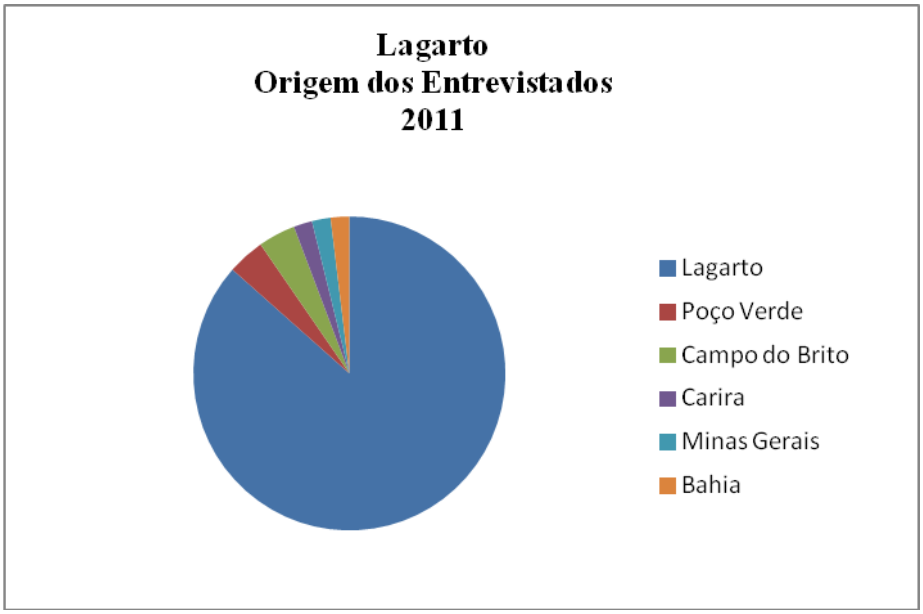


Figura: 3
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Quando indagados sobre os motivos das transferências de domicílios, a maioria responde que as terras em Lagarto eram mais favoráveis para cultivar e também mais acessíveis financeiramente, já que grande parte dos informantes são os proprietários das terras.

A fonte de renda familiar baseia-se nas atividades agrárias e na aposentadoria, ambas perfazendo um percentual acima de 60% do total de toda a renda obtida nas unidades produtivas. Muitos agricultores também trabalham em propriedades de terceiros, principalmente como meeiros, para completar a renda familiar. Alguns responderam que sem a bolsa família a renda da terra não daria ou mesmo que o sustento vem exclusivamente do projeto governamental.

Cerca de 10% dos informantes alegaram que trabalham em atividades não agrícolas para sustentar a família e que os cultivos da propriedade são exclusivamente para subsistência (Figura 4).

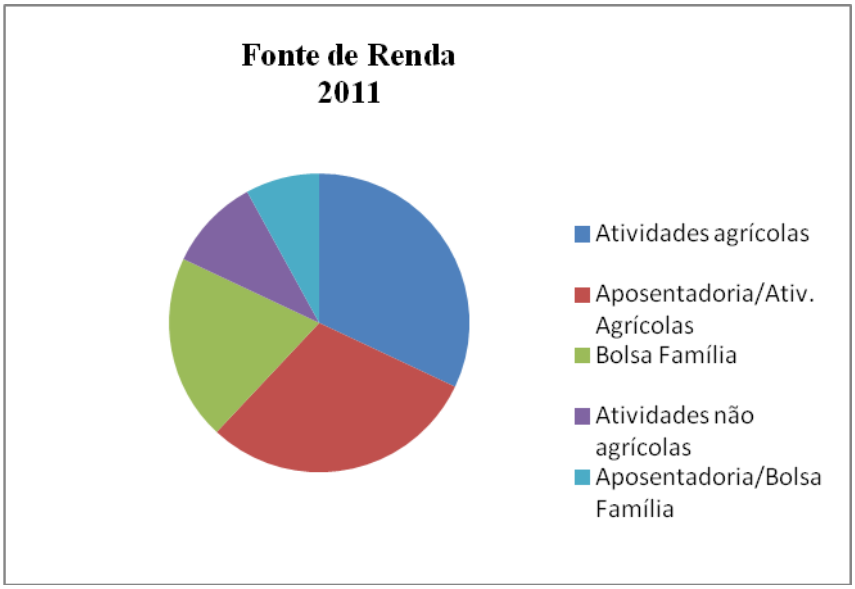


Figura: 4
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Entre os produtores que têm outras rendas, seus filhos, ao se formarem, ou ao atingirem a maior idade procuraram trabalhos não agrícolas, exercem profissões nas cidades ou mesmo trabalham no comércio mais próximo ou na sede municipal favorecendo a existência de ocupações acessórias. Sobre esta questão Chayanov (1974) afirma:

> La familia campesina trata de cubrir suas necessidade de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los médios efectivos de producción y cualquier outro projeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedem aprovecharse todas las oportunidades de brindan uma

> remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad doméstica de trabajo, la família compesina deje sin utilizar la tierra y los médios de producción de que dispone si otras formas de trabajo Le proporcionan condiciones más vantajosas (p.120)

Ficou evidenciado na pesquisa que mais de 30% das famílias possuem renda entre um e dois salários mínimos e somente 2% dos entrevistados alcançam renda familiar de três a cinco salários. Mas, quando indagados se a renda atende ao sustento da família, mais de 90% afirmaram que sim.

Outro ponto analisado na pesquisa diz respeito à área dos estabelecimentos dos cinco povoados estudados, que varia entre menos de 01 ha a 12 ha, evidência da presença marcante da pequena propriedade, fato esse que segue o padrão municipal. Segundo dados do IBGE, para o ano de 2006, 87,74% do total de estabelecimentos, em Lagarto, possuíam menos de 10 hectares, dados referentes ao Censo Agropecuário, IBGE, 2006/07. Segundo o IBGE no ano de 2006 existiam 6.867 estabelecimentos em Lagarto/SE que no total atingiam 11.806 hectares, ou seja, 87,74% dos estabelecimentos de Lagarto detinham somente 18% do total das terras desse município, mostrando o alto índice de concentração de terras municipal e a marcante presença da pequena propriedade.

Na figura a seguir observa-se que mais de 90% dos estabelecimentos estudados possuem menos de 10 hectares.

As unidades produtivas, em sua maioria, possuem base familiar, porém em tempos de safra da acerola e da laranja, e principalmente no período de colheita da mandioca e produção de farinha, algumas propriedades utilizam empreiteiros e/ou trabalhadores diaristas.

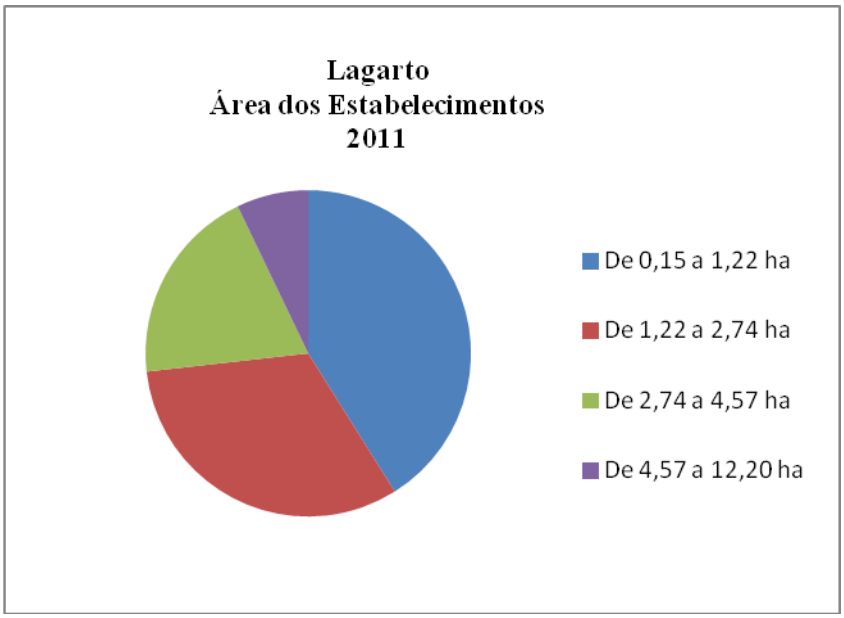


Figura: 5
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Quanto a essa situação da necessidade que tem a família camponesa de utilizar trabalho remunerado, Oliveira (1991) comenta:

> É evidente, que se esse assalariamento no interior da unidade camponesa baseada fundamentalmente no trabalho familiar precisa ser muito bem entendido. Em primeiro lugar, essa contratação, em geral, se deve ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços, [...]. Contrata-se, então, trabalhadores temporários. Em geral, o período da colheita tem levado o camponês a experimentar o assalariamento. (Ibid, p. 58)

Outra forma de complemento da necessidade de trabalho bastante encontrada na área é a ajuda mútua entre os pequenos produtores. Sobre este aspecto, o autor supracitado chama a atenção: “essa prática aparece no seio da produção camponesa de várias formas; a mais comum é o mutirão, no entanto pode aparecer também como troca de dias de trabalho entre os camponeses”. (Ibid, p. 56)

Quanto às condições de infraestrutura das comunidades, com exceção de três unidades produtivas, das 60 unidades entrevistadas, as demais contam com serviços de energia elétrica nas propriedades. A maioria também dispõe de água

encanada, mas como quase todos alegam ter cisterna, muitos afirmam usar mais a água desta, por onerar apenas o orçamento.

Os pequenos produtores dessas comunidades usam recursos financeiros que conseguem para financiar a produção. Estes, em grande parte, adquiridos com suas próprias economias e geralmente investidos na mandioca, principalmente. Mas, também, na laranja, maracujá e acerola. Aqueles que já adquiriram recursos através de bancos enfatizam que se endividaram ao tentar pagar a dívida e não voltaram mais a buscar esse recurso.

A antiga Coopertreze foi citada muitas vezes como grande aliada no financiamento de suas produções e que a sua decadência e quebra foi muito prejudicial aos pequenos produtores da área.

Os bancos mais procurados para financiamento são as agências do Banco do Brasil, de Lagarto e de Boquim. Os produtores alegam que como a inadimplência é grande na agência de Lagarto, alguns procuram a agência de Boquim para o financiamento e citam também a ajuda de algumas associações, como a do povoado Boa Vista do Urubu.

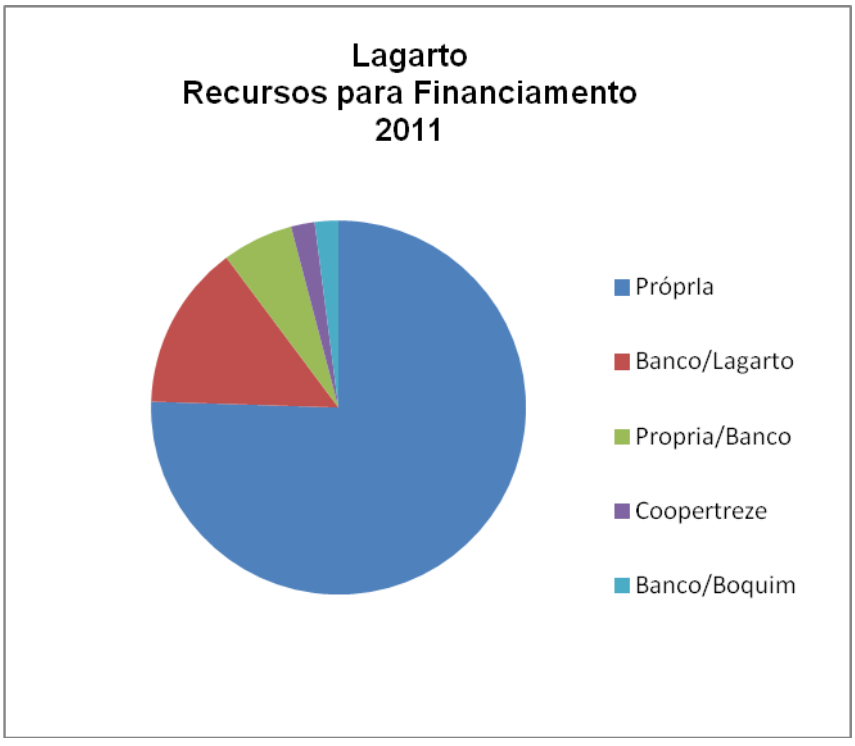


Figura: 6
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

A maior parte dos financiamentos ou dos recursos próprios para investir na produção é destinada ainda para a mandioca, porém observam-se crescentes investimentos para as culturas da acerola e do maracujá.

Sobre recursos financeiros advindos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a maioria dos questionados respondeu que “não recebe nem ajuda da associação local, imagine do governo federal”. Cerca de 69% nunca recebeu ajuda deste ou de qualquer outro projeto federal, estadual ou mesmo municipal de qualquer espécie, desde assistência técnica à suporte financeiro para qualquer produção. Afirmam ainda que até gostariam de saber mais sobre o assunto e ter acesso também.

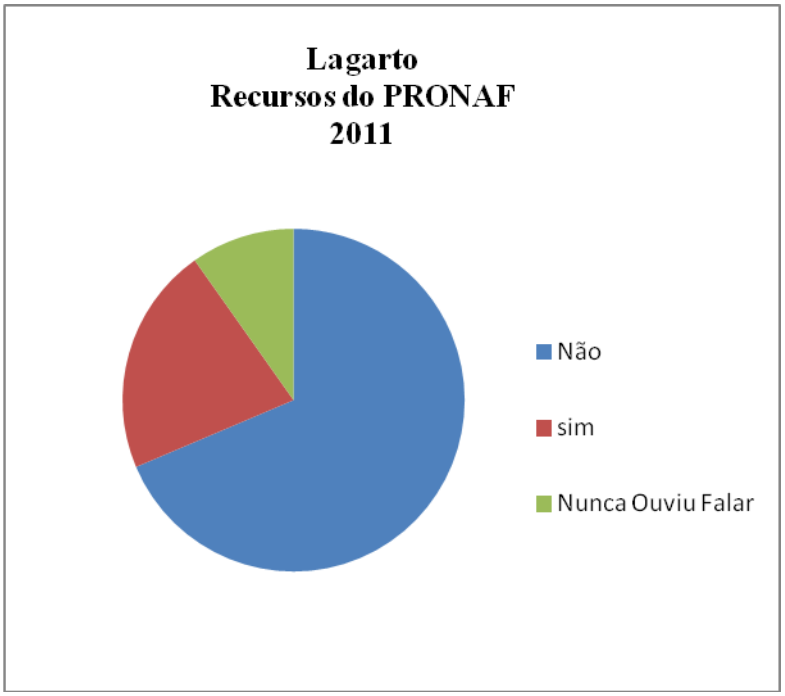


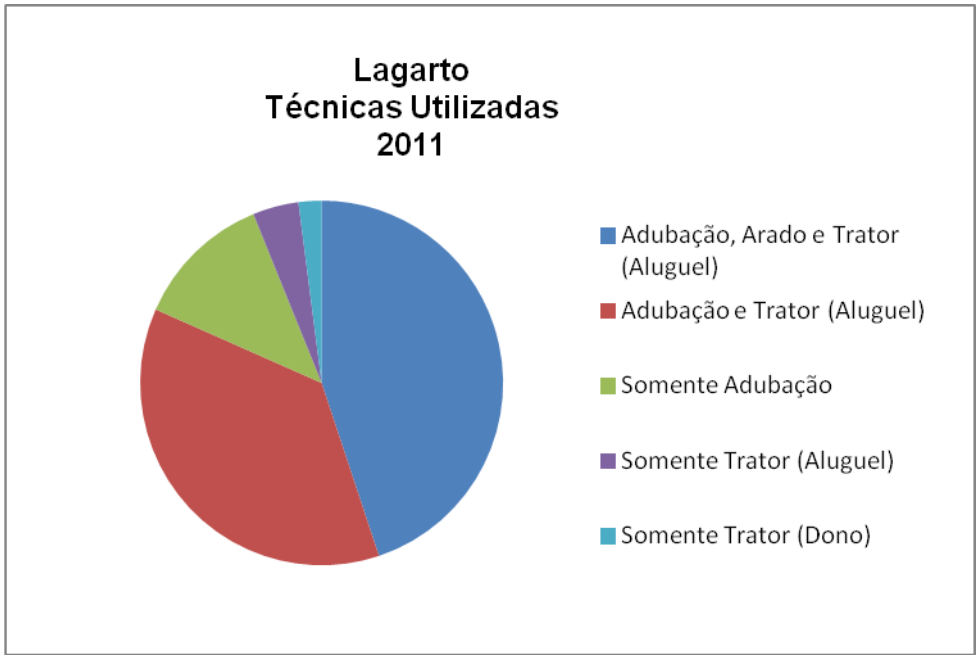
Figura: 7
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Entretanto, 21% dos agricultores já receberam ou recebem atualmente suporte do referido programa, com o cultivo da mandioca e da acerola principalmente, a maioria em relação ao Pronaf B, sentem-se satisfeitos com o programa e disseram que adquiriram melhoria na qualidade de produção e comercialização dos produtos com o programa. Apenas 10% dos agricultores

locais nunca ouviram falar do programa em diálogo no momento da aplicação dos questionários muitos quiseram se informar e disseram que vão procurar saber sobre o mesmo para estudar as vantagens de suas participações.

Quanto ao uso de agrotóxico nos cultivos, 76% dos questionados responderam que não usam, quando o fazem usam somente formicida, principalmente no povoado Açuzinho, pois os agricultores locais se queixaram bastante de formigueiros em toda região. Os 24% que responderam usar agrotóxico são também produtores do maracujá, laranja ou de acerola.

Dentre as técnicas empregadas na área, as mais comuns são adubação e uso do trator. Apesar deste uso, há reclamação geral de que o aluguel do trator está muito caro (cerca de R$ 35,00 a R$ 40,00 a hora). Apenas na comunidade Boa Vista do Urubu a maioria dos agricultores pode utilizar um trator sem custos, pois no local existe a Associação Cecília Maria que viabiliza o trator para os mesmos.



.

Figura: 8
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Nestas comunidades, a laranja ainda é um cultivo muito forte. Toda a produção é vendida, principalmente para outros estados. A acerola, por sua vez, é uma cultura em expansão na área, pois muitos produtores que já cultivaram

primeiro o fumo e depois exclusivamente a mandioca, estão aumentando a área plantada com acerola ou já aderiram completamente ao cultivo.

Muitos produtores da área estão mudando aos poucos da mandioca para a acerola e outros que ainda não o fizeram garantem que irão passar a produzi-la, pois os lucros com o plantio são maiores e evidentes que a mandioca no momento.

4.2 A importância da mandiocultura na reprodução social das comunidades pesquisadas

Produzir e produzir o espaço para Santos (1986) são atos inseparáveis, pois segundo esse é pela produção que o homem modifica a natureza chamada de “bruta”, a natureza natural, passando a socializá-la. Depois disso, a natureza passa a ser natureza social ou socializada, dessa forma “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (1986, p. 163).

As formas de produzir o espaço mudam, pois as relações do homem com a natureza se modificam constantemente. Em decorrência disso, a qualquer momento do cotidiano uma nova forma de aceleração da produção espacial pode surgir chamada de técnica e, assim, pode ser incorporada às atividades humanas como, por exemplo, ao trabalho da terra, à estocagem de produtos e com isso o homem atinge altos padrões de produtividade do seu trabalho, aumentando seu rendimento e reduzindo o tempo gasto com esse trabalho (IBID, 1986).

Essa dinâmica de busca da superação dos obstáculos em meio ao complexo processo de organização do espaço rural é buscada cotidianamente na área estudada, quando percebe-se que os pequenos produtores locais estabelecem uma luta constante em prol de uma reprodução espacial mais justa, rentável e igualitária.

Com dados de variação 2002 – 2006 nota-se que a espécie KIRIRI é a que os agricultores mais plantam, pois, ela resiste mais às intempéries ambientais reinantes na área de estudo. Por outro lado, a espécie IRARÁ é do tipo híbrida e

também é preferida pelos agricultores devido à sua produtividade. Sendo assim, através dos dados, vislumbra-se o aumento do seu uso na região (tabela 8).

A maior parte dos produtores de mandioca questionados não utiliza sementes selecionadas e/ou novas variedades de mandioca. Cerca de 67% nunca teve acesso a essas inovações e nem mesmo receberam visitas de técnicos de órgão algum para orientação sobre como aumentar a produtividade de seus cultivos. Apenas 19% dos entrevistados ressaltaram que utilizam sementes melhoradas em suas lavouras e que devido a esse fato até aumentaram a área plantada de mandioca, deixando de cultivar produtos também tradicionais como o fumo e a laranja. (Figura 9).

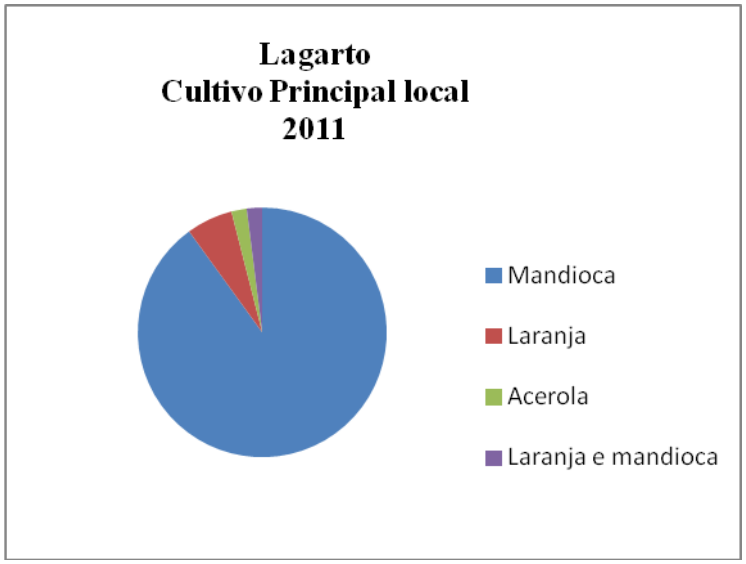


Figura: 9
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Quanto a essas mudanças nos padrões agrícolas, Diniz (1984) salienta que o termo “inovações” pode ter sentido amplo, por exemplo, podendo ser algo novo somente na perspectiva de quem o recebe, uma vez que

> ...instrumentos, técnicas e produtos considerados inovações em certas áreas podem ser de uso comum em outras, e isto de fato ocorre no mundo moderno, onde os países industrializados exportam inovações para as áreas periféricas. (DINIZ, 1984, p. 216)

Desta forma, entende-se que para algumas regiões do país, muitas dessas inovações são bastante comuns, enquanto que para a maioria dos produtores de mandioca da área estudada no município de Lagarto, soa como algo bem distante de suas realidades.

Tabela 8
Lagarto/SE
Produção de Variedades de Mandioca mais Plantadas (t/ha)
2002 – 2006

MANDIOCA VARIEDADES	**12 meses**	**14 meses**	**Teor de amido(%)**	**12 meses**	**14 meses**
IRARÁ	67,00	61,00		29	34
KIRIRI	38,50	42,00		31	37
CARAVELA	38,00	44,00		32	38
JALÉ	43,00	50,00		31	37
CIGANA	43,50	46,50		30	34

Fonte: Estação experimental da ENDAGRO e EMBRAPA - Estancinha - Lagarto/se.

A maior parte dos agricultores são tradicionalmente produtores de mandioca e quando indagados se houve alguma mudança no tipo de produção nos últimos anos, muitos responderam que deixaram o fumo, pois o mesmo, além de ser muito trabalhoso, não estava mais compensando financeiramente.

Figura: 10
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Mais de 80% dos produtores da área produzem a mandioca. Porém, muitos não produzem somente a mandioca ou o fumo, plantam também outros cultivos para auxiliar na renda. (figura 11).

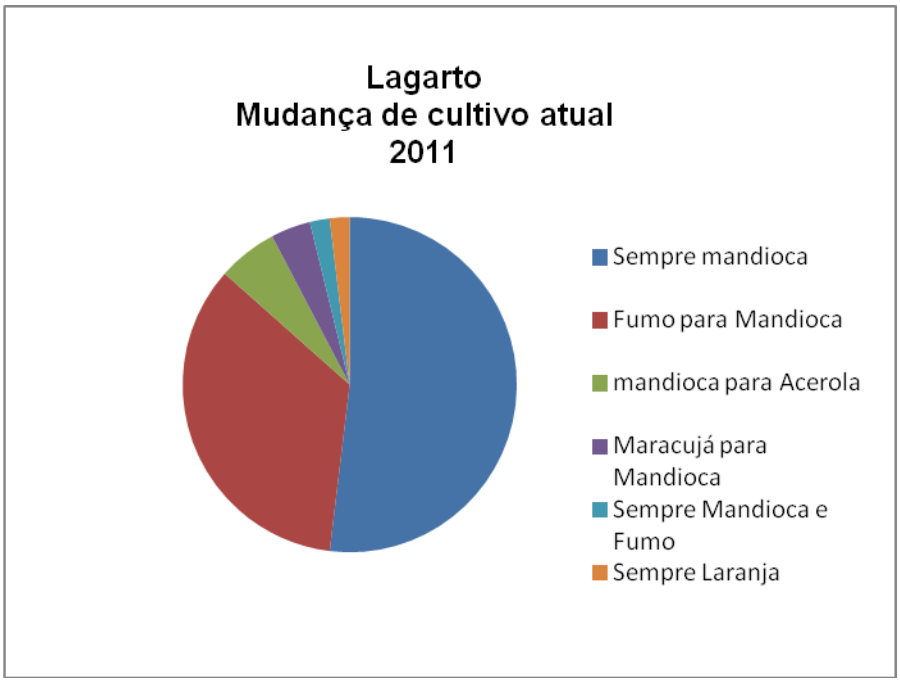


Figura: 11

Fonte: Trabalho de campo, 2011

Quase 100% dos produtores indagados sobre prováveis mudanças de cultivos em sua propriedade afirmaram que já produziram fumo como cultivo principal ou não, ou que ainda o produzem, no entanto só por tradição, uma vez que o cultivo não rende mais nada para o orçamento familiar. Estes também afirmaram que ao deixarem o fumo de lado optaram por aumentar a área plantada de mandioca, pois esta fornece, de modo geral, um lucro bem maior na atualidade. (Figura 12).

A cultura fumageira é temporária e demanda muito trabalho por parte do agricultor. Depois da fase da colheita o fumo em corda continua sendo uma atividade trabalhosa, pois é posto para secar (aproximadamente 8 dias), depois das folhas secas, várias pessoas são necessárias para retirada do talo das folhas de fumo. Após essa etapa, o fumo é molhado para ser enrolado pelos homens como uma corda no caibro denominado sári (OLIVEIRA, 2007). O fumo no sári é colocado ao sol para secar completamente, quanto mais seco maior a qualidade desse fumo, por isso algumas pessoas se encarregam, durante o processo, de virar constantemente os rolos de fumo.

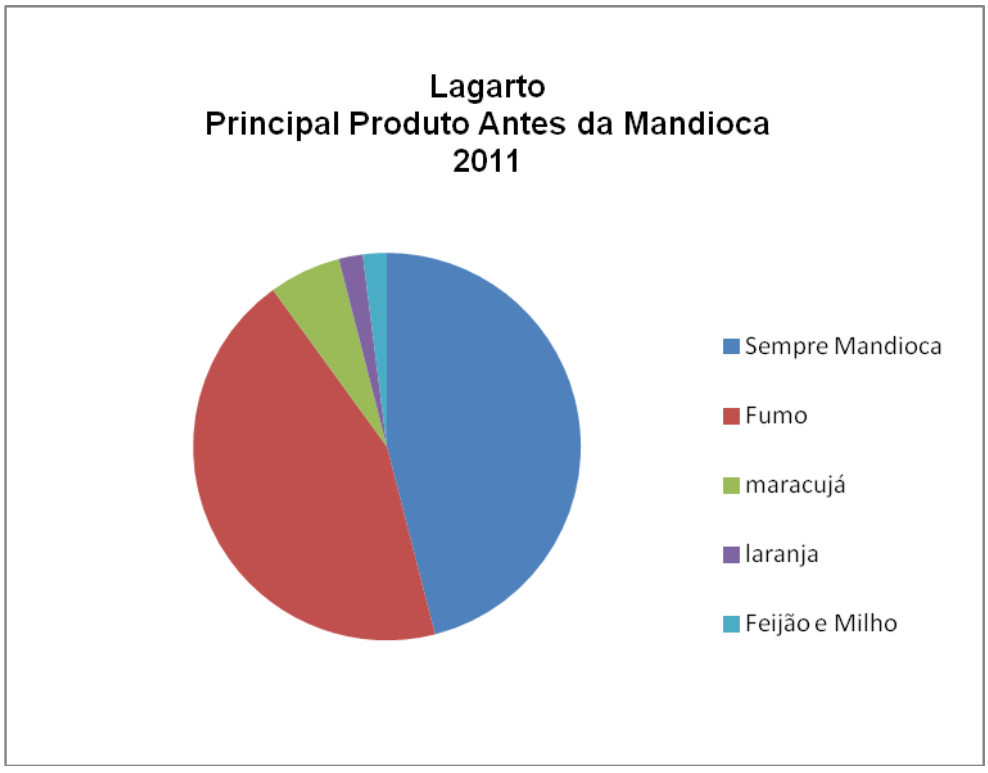


Figura: 12
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Parte da produção do fumo era destinada ao CEASA de Recife. Em 1980, o preço do fumo alcançou uma posição de destaque no contexto nordestino. Os pequenos produtores, na sua maioria, plantavam fumo, contudo, também utilizavam as suas terras para o cultivo de outros gêneros agrícolas, mesmo que em volume menor, como a laranja, por exemplo (OLIVEIRA, 2007).

O fumo registra um percentual de 45%, ou seja, é o produto que mais perdeu lugar nas últimas décadas para a mandioca em Lagarto, seguido pelo maracujá (6%) e pela Laranja (2%).

O fumo, como produto tradicional, continua sendo produzido em baixa escala por cerca de 10% dos produtores locais, todavia estes alegam que não lucram com o produto, plantam por costume e em poucas quantidades. Este respeito Santos (2009) afirma que:

> A exigüidade de terra favorece o tipo de trabalho familiar dedicado principalmente a agricultura, por exigir menos área do que a pecuária. Os principais cultivos são de mandioca, feijão, milho e maracujá. Aqueles que desenvolvem a pecuária possuem poucas cabeças de gado, dispõem de maior quantidade de terra ou utilizam pastagem de terceiros. É importante salientar que apesar de desenvolverem principalmente a agricultura voltada para os cultivos alimentares muitos camponeses costumam plantar o fumo, em pequenas áreas durante o inverno. O fumo é um produto tradicional no município e sua comercialização, no período da safra, pode representar um ganho a mais para a família. (SANTOS, p. 178)

A mandiocultura apresenta-se em destaque e na área de estudo tem diminuído muito a quantidade de produtores que plantam o fumo. Um pequeno percentual possui mais de 10 hectares de terra e esses apresentam além da lavoura, a pastagem com algumas cabeças de gado leiteiro e algumas outras criações, como galináceos.

A acerola tem se expandido fortemente na área, pois além do preço está melhor que o da mandioca, a planta é muito resistente às pragas e por isso traz muitas vantagens, inclusive frente à laranja, que requer muito investimento em agrotóxicos. A acerola quase sempre é vendida na propriedade, colhida e

colocada em recipientes, sendo vendida na porta das residências, ou nas feiras locais.

Observou-se um aumento das áreas plantadas de acerola e maracujá. O maracujá volta a ganhar força, pois os produtores afirmam que por serem produtos permanentes, complementam a renda quando não é safra de mandioca ou quando a mandioca está em baixa. (figuras 13, 14 e 15).

Figura: 13 - Produção de Mandioca no Povoado Açu Velho.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Figura: 14 - Propriedade do povoado Brasília com produção de acerola.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Figura: 15 - Produção de Maracujá no povoado Colônia Treze.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

O feijão e o milho também são bastante encontrados como produtos de subsistência e quase sempre consorciados com a mandioca, ou em parte, para serem comercializados nas feiras. Já a banana ocupa 7% da área local e também se manifesta como um produto em expansão.

Há momentos em que muitos produzem a mandioca e a produção fica sem saída, o preço desce de R$ 280,00 (em alta) a tonelada para até R$ 100,00 a tonelada e não cobre nem o custo do adubo, que chega, em média, a R$ 60,00 o saco e nem o custo da casa de farinha, pois o dia de um trabalhador (empreiteiro) chega a custar R$ 40,00. Os custos das casas de farinha são altos, há gastos com lenha, energia elétrica, pessoal para trabalhar. Somadas as despesas, o que recebem com o processamento da mandioca, muitas vezes, não compensa.

Os entrevistados foram questionados se tem ou já tiveram casa de farinha, a resposta mais ouvida foi a de que já possuíram, mas foi fechada. Nos últimos cinco anos, muitas casas de farinha foram fechadas, uma vez que seu preço não pagava nem os custos da produção e, como as casas de farinha eram elétricas, ficava mais difícil lidar com essa cultura.

As casas de farinha que passaram de manual à totalmente elétricas vêm sofrendo uma diminuição drástica em quantidade na área, mas aqueles que contam com compradores certos e fixos da sua produção, continuam com as mesmas funcionando e alugando suas estruturas para terceiros (figuras 16 e 17).

No município de Lagarto há uma concentração de casas de farinhas nos povoados: Açuzinho, Brasília, Jenipapo, Açu Velho, Joerana, Caraíbas, Colônia Treze, Luiz Freire, Urubu Grande, Araçás, Gameleiro e Estancinha. Esses povoados são responsáveis por 76% da produção de farinha no município de Lagarto. (Tabela 9).

Figuras: 16 e 17 - Casa de Farinha elétrica e farinha ensacada para venda no povoado Colônia Treze. Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Contudo, para que as casas de farinhas permaneçam ativas, ou seja, em funcionamento, sua matéria prima - a mandioca - que as abastece no primeiro semestre seguindo até agosto, vem de estados vizinhos como: Alagoas, Bahia e Pernambuco

Algo interessante é perceber como em um momento caracterizado pela expansão da mandioca como cultivo voltado também para o mercado no município de Lagarto, há um retrocesso e queda na produção de farinha na área, inclusive com o fechamento de muitas unidades, pois, produtos como a acerola tem encontrado mercado garantido nas indústrias locais fazendo com que alguns agricultores apostem no cultivo e intensifiquem sua produção.

Tabela 9
Lagarto/SE
Levantamento dos Números de Casas de Farinha nos Principais Povoados
2008

Povoados	Número de casa de farinha		
	Particular	Comunitária	Ativas (A) desativadas (D)
Brasília, urubu grande e moita	27	1	1A
Boa vista do Urubu	11	-	-
jenipapo	16	1	1A
Açuzinho	11	1	1A
Açu - velho	14	1	1D
Araçá de fora	06	-	-
Juerana	08	-	-
Laranjeiras	05	-	-
Gameleiro	06	1	1D
Limoeiro	05	1	1A
Fazenda grande	06	-	-
Santo Antonio	09	1	1A
Brejo de cima	04	-	-
Candial	03	-	-
Coquerio do meio	03	-	-
Telha	03	-	-
Brejo do meio	03	-	-
Serra do qui	03	-	-
Moita redonda	03	1	1D
Crioulo de cima	03	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Lagarto/Se 2008

Em conversa com uma produtora no povoado Brasília (15/04/2011), obteve-se a seguinte informação:

> As casas de farinha estão fechando todos os dias, pois a mandioca esta sendo vendida por R$ 100,00 a tonelada e não cobre os custos, só prejuízo, pois a renda não cobre a energia já que todas agora são elétricas, tem tempo que chega a R$ 280,00 a tonelada e a farinha passa de R$ 25,00 para R$ 50,00 mas, no momento está em baixa e nesses períodos agente recorre mais a acerola, pois só é ir ao pé e catar, botar na porta e vender, fora que já tenho freguês certo para a maior parte do que produzo e a mesma coisa está acontecendo em toda a vizinhança. **(Entrevista com pequeno produtor, Abril/Maio de 2011)**

Outro fato importante colocado por essa mesma agricultora é que a acerola, por ser importante matéria prima para indústria, os atravessadores vem buscar em casa com caminhões e por isso o cultivo jamais se perde, sempre gera renda.

Figura: 18
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Uma reclamação bem evidente é a estabilidade do preço dos adubos e dos agrotóxicos e a instabilidade frequente nos preços da mandioca e da Laranja de uma safra para outra. A laranja, por exemplo, pode custar agora R$ 400,00 a tonelada e na próxima safra baixar para R$ 200,00 ou até bem menos que isso.

Os agricultores que só produzem mandioca ou onde esta atividade é o principal cultivo, há uns cinco anos, possuíam casas de farinha e todas já eram elétricas. Atualmente, entretanto, 69% dessas casas estão desativadas, apesar do aumento da área plantada com a mandioca na região trazer como consequência a desvalorização deste produto no mercado, com exceção de poucos períodos de alta no preço da tonelada (figura 17). Esta situação faz com que grande parte dos produtores prefira ao invés de produzir a farinha, vender a

mandioca para os proprietários de casas de farinha ou mesmo, a intermediários e/ou feiras.

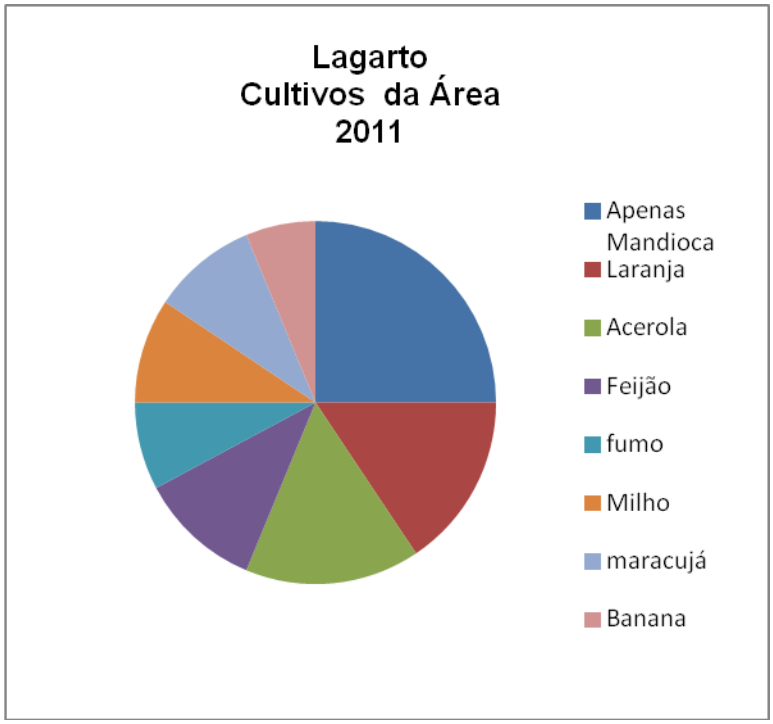


Figura: 19
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Outros 6% dos agricultores ainda produzem a farinha, mas preferem utilizar as máquinas de vizinhos deixando assim a produção mais em conta segundo seus próprios orçamentos. Destacam-se ainda aqueles que realmente abandonaram economicamente a mandioca para se dedicar a outros cultivos, como acerola e maracujá. (Figura 20).

Figura: 20 - Agricultor vendendo mandioca para proprietários de casas de farinha no povoado Açuzinho.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

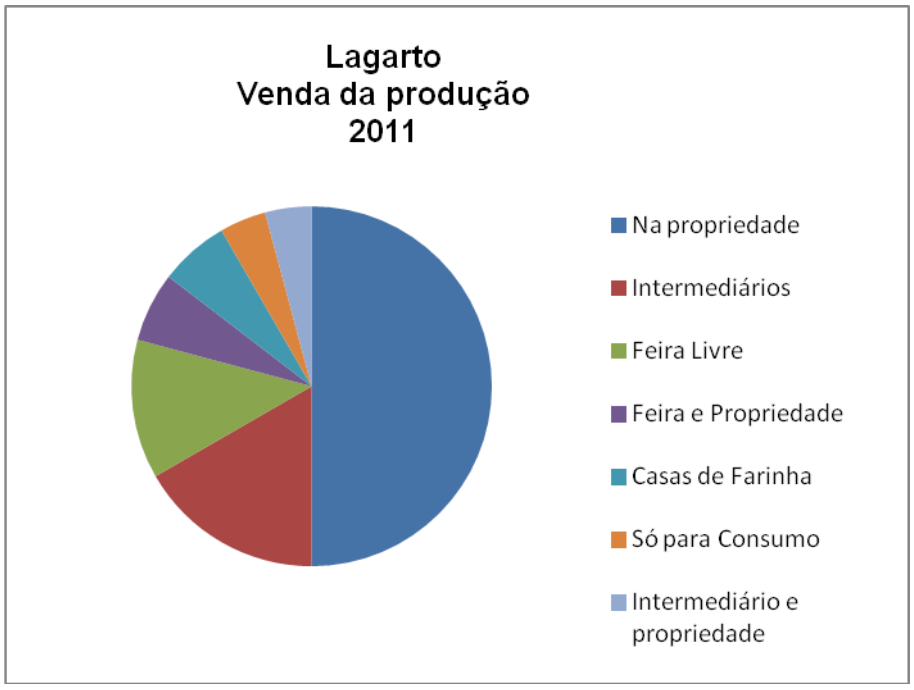


Figura: 21
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Quando indagados sobre o preço da mandioca nessas últimas safras, os mais de 70% do total dos entrevistados responderam que o preço está se desvalorizando cada vez mais. Por não se manter estável, dificulta a vida dos produtores que precisam contar com a renda exclusiva da terra. Aqueles que só plantam a mandioca alegam que se não fossem a aposentadoria que o marido e muitas vezes a esposa recebem e ainda o programa governamental bolsa família, não conseguiriam sobreviver no campo.

Ao serem questionados se a terra que possuem é suficiente para produzir mandioca, 50% destes enfatizam que sim, 44% dizem que não. Argumentam que a terra é pouca e por isso têm que trabalhar nas propriedades de terceiros como meeiros, uma vez que há a necessidade de aumentar a produção.

Muitos donos de casa de farinha reclamam ter que comprar mandioca de fora do Estado, pois a produção de mandioca local não consegue abastecer totalmente a procura, muitas vezes por falta de terra para produzir. Diniz coloca que o nível de fragmentação da terra em Sergipe já é notado desde a década de 1920 e que Sergipe apresenta um dos níveis mais altos do Brasil, ao lado de Alagoas, “Sergipe é o segundo estado nordestino, depois do Maranhão, em percentagem do número de estabelecimentos com menos de 01 ha” (1996, p. 58).

Esse fenômeno de grande incentivo à concentração de terra, que é a fragmentação da propriedade, aumenta imensamente o número de pequenas propriedades familiares que não têm acesso aos vários mecanismos que possibilitem a intensificação e a produtividade. Contribui ainda para o processo de proletarização desse agricultor quando o mesmo tem que deixar sua propriedade abandonada e sujeitar sua força de trabalho em troca de um mísero salário ou de uma parte injusta do que produziu. Quanto a essa questão, Martins (1981, p.163) acrescenta:

> No processo de produção, o trabalhador produz o seu salário e o capitalista extrai o seu lucro. A conversa com o proprietário da terra vem depois, em separado, não obstante a sua renda também ter que sair da produção. Só que nesta a parte da riqueza que excede o necessário ao pagamento do salário do trabalhador é apropriada pelo capital, porque ele é o proprietário do capital, e mais ninguém. Portanto, a renda que toca ao proprietário da terra terá que chegar num segundo momento. Isso ocorrerá quando o

> capital lhe pagar pelo direito de utilização de sua terra. Ora, o trabalhador produziu mais-valia, incrementou a riqueza, para o capitalista. Quando este paga a meação ao proprietário, não está produzindo nada; está distribuindo uma parte da mais-valia que extraíra dos seus trabalhadores. Por isso, a renda capitalista da terra não nasce na produção, mas sim na distribuição da mais-valia.

Boa parte dos agricultores de mandioca são também meeiros em propriedades de terceiros, em geral recebem lotes de grandes proprietários, um total de 34% que cultivam suas terras e outras áreas. Porém, a maioria cultiva em sua própria terra exclusivamente, pois alegam ser suficiente para a subsistência. Desses, a maioria é aposentado e/ou exerce também atividades fora da agricultura (comércio, para manter a família). (figura 21).

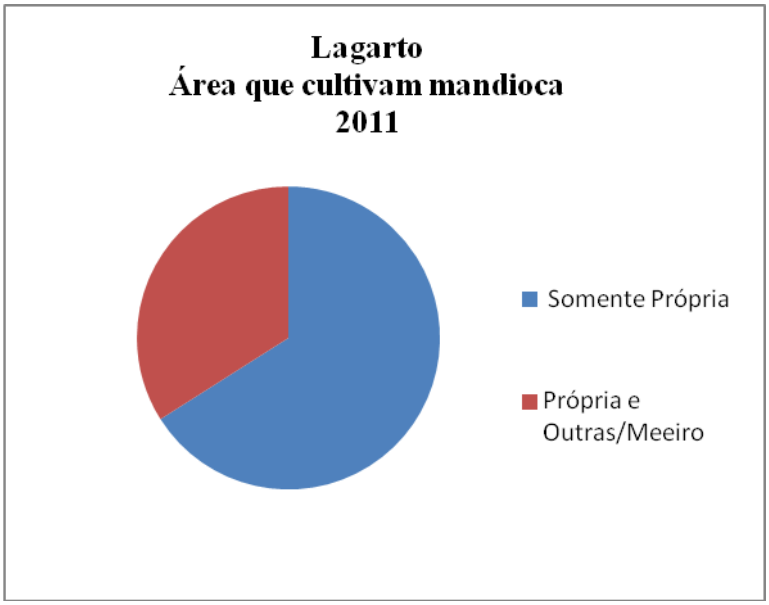


Figura: 22
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

O destino da produção de mandioca da área estudada do município de Lagarto é principalmente para venda com um percentual de 48% do total (figura 22). Mas, parte dos entrevistados retira pelo menos 20%, em média, do total de suas produções de mandioca e/ou farinha para alimentar suas famílias.

Apenas 8% dos entrevistados informaram que ainda produzem a farinha, pois possuem casas de farinha, no entanto, existem aqueles que ressaltam que a farinha é somente para o seu sustento, uma vez que a casa de farinha é alugada aos vizinhos. A venda da mandioca é quase sempre efetivada na própria propriedade, como já foi enfatizado anteriormente, os compradores são donos de casas de farinha ou então intermediários com destino às feiras dos povoados ou da sede municipal.

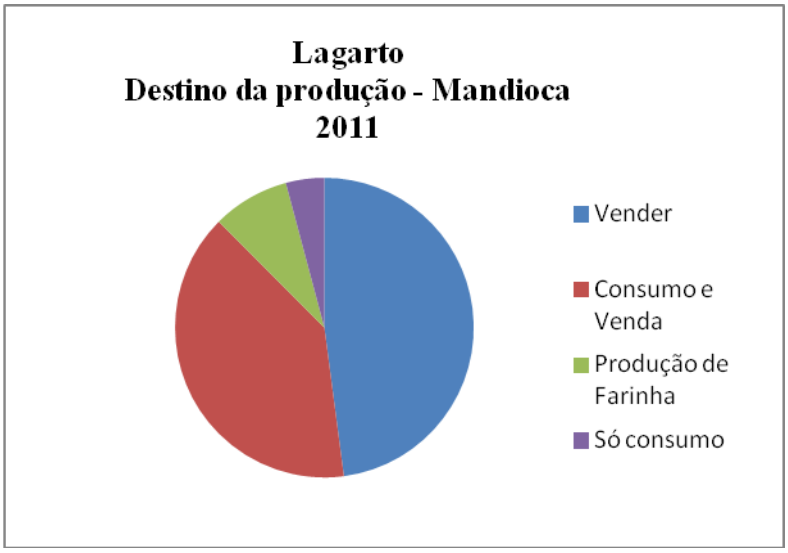


Figura: 23
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

A partir do exposto, fica evidente a importância que tem na atualidade a mandiocultura para as comunidades pesquisadas. Pois, muitos desses pequenos produtores locais são ex-produtores de fumo e de laranja que, em épocas passadas, encontraram nestes produtos uma favorável fonte de renda e, depois da queda dos preços do cultivo em Sergipe e/ou por falta de gerenciamento das políticas públicas locais, deixaram de produzi-los e migraram exclusivamente ou quase que exclusivamente para a mandioca.

Observa-se que o pequeno produtor familiar local tem vontade de investir mais na cultura, todavia, por falta de recursos próprios que sejam suficientes e também devido à ausência de investimentos dos setores públicos municipais e estaduais, muitas vezes este tem que apelar para o trabalho fora da sua unidade

produtiva para sustentar sua família, como meeiro ou até em atividades não agrícolas.

Outra questão também observada na área vem acontecendo, segundo os entrevistados há aproximadamente cinco anos, é a substituição, primeiro parcial e depois total, da mandioca pelas culturas da acerola e do maracujá, principalmente pela primeira. Devido a esse acontecimento muitas casas de farinha fecharam e muitas outras estão para cerrar as suas portas. Os agricultores informaram que com a instabilidade do preço da tonelada da mandioca, a quantidade de produtores que aderiram a esse produto nos últimos anos, os altos custos com os insumos, os gastos com as casas de farinha elétricas e por fim sem nenhuma ajuda estatal, fica difícil continuar produzindo mandioca, ou pelo menos tê-la como principal cultivo da propriedade.

Os cultivos da acerola e do maracujá são permanentes, sempre dão boas safras e tem intermediários com transporte para comprar os produtos e levá-los para as indústrias. Os produtores ressaltam que:

> basta catar, encher as vasilhas e colocar na porta para vender que o “dinheirinho” que complementa a renda aparece, enquanto que a mandioca tem safra que está em alta, mas têm outras que baixa muito e só dá prejuízo, e isso vem se repetindo muito de 2007 para cá. **(Entrevista com pequeno produtor, Abril/Maio de 2011)**

Os pequenos produtores falam que mesmo aqueles que ainda não aderiram à acerola como principal produto, logo vão fazê-lo. As modificações ocorridas com o avanço do capitalismo no campo são responsáveis pela produção de desigualdades profundas. Há o aumento da densidade técnica no espaço rural ao mesmo tempo em que os indicadores da estrutura fundiária mostram a permanência da concentração de terras.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994) o capitalismo promove contradições e desigualdades. No campo ele viabiliza a sujeição da renda da terra ao capital. No caso da produção do espaço agrário lagartense, o capital, quando não se apropria de todas as áreas, monopoliza os territórios

dos pequenos produtores familiares subordinando-os ao se apropriar da renda da terra permitindo uma precária reprodução das condições de existência camponesa.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista deve ser entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital e, dessa forma, por ser contraditório, favorece a criação de relações não capitalistas de produção.

De acordo com Lima e Lisboa (2010), esse modo de produção atua de forma contraditória no meio rural em busca do processo de territorialização do capital, no entanto está marcado também pela expansão da pequena produção familiar onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa. O capital, ao não se territorializar, monopoliza o território marcado pela produção camponesa. Na área estudada, ao monopolizar o território, o capital redefine relações camponesas de produção familiar e possibilita o fornecimento de matérias-primas (no caso estudado: a mandioca, a laranja, o maracujá, a acerola, etc.) para as indústrias capitalistas além de incentivar o consumo dos bens industrializados no campo.

Esta forma de ser do capital pôde ser vista nas comunidades estudadas nesta pesquisa, Açuzinho, Açu Velho, Colônia Treze, Brasília e Boa vista do Urubu.

A produção do espaço não pode perder de vista todas as questões que estão relacionadas a sua produção. Esta forma de vê-lo permite perceber que o espaço agrário é produto de transformações ocorridas pela ação do homem no processo de sua reprodução social. Porém, sabe-se que as transformações não possuem a mesma temporalidade em todas as sociedades, mas as transformações decorrem das necessidades capitalistas.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar as transformações sociais ocorridas no campo lagartense a partir da dinâmica recente da espacialização da mandiocultura. O estudo permitiu explicar como essa dinâmica acontece observando as transformações ocorridas no espaço que ia sendo produzido à medida que estas transformações ocorriam.

Neste sentido, o estudo mostra que o espaço é produzido pelo trabalho humano e numa sociedade cuja base é a contradição, o espaço tem como base também a contradição, mais especificamente as contradições sociais, ou de classes.

Oliveira (1991) enfoca que o desenvolvimento capitalista de produção é movido pelas contradições e pelas desigualdades que provoca. Este avançou por todo o território brasileiro, estabeleceu relações de produção capitalistas nas mais diversas áreas do país e expropriou o trabalhador brasileiro da zona urbana e do campo colocando-o desprovido de todos os meios de produção. Contudo, por outro lado, e de forma contraditória, desenvolveu as relações de produção não capitalistas, como por exemplo, o trabalho praticado pelo pequeno produtor e sua família em unidades produtivas de base familiar.

Estas mesmas contradições criaram situações diversas no campo quanto ao processo de territorialização e/ou monopolização do capital. De um lado temos a incorporação entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista e, por outro lado, a subordinação da produção familiar ao capitalismo que expropria e absorve a renda da terra. E mais que isso: “expropria praticamente todo o excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário a sua reprodução física (Ibidem, p. 11).

Na verdade, as contradições do desenvolvimento capitalista no campo servem ao propósito dos próprios capitalistas, pois quando o agricultor se vê expropriado e parte para uma atividade não capitalista, ele simplesmente poupa o capital de investir em mão de obra, haja vista que esse vai receber parte do fruto

do trabalho do parceiro e/ou agricultor familiar, convertendo esse em mão de obra.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro acontece pela via da modernização da agricultura. Atendendo aos interesses do grande produtor que se volta para o mercado externo e excluindo do processo os pequenos produtores que através da pequena produção familiar atendem principalmente ao mercado interno. Mas, quando a grande propriedade necessita de mão de obra, estes pequenos produtores familiares se transformam em trabalhadores assalariados para o capital. Porém, esse fenômeno social não provoca o fim do trabalhador familiar porque o capital também se alimenta do trabalho não capitalista, em um ciclo vicioso e infindável de reprodução.

Dessa forma, o arcabouço teórico desenvolvido no trabalho leva-nos a entender a área foco do estudo, área essa que é de grande representatividade para o fenômeno estudado, ou seja, as transformações na cultura da mandioca e seus reflexos na reprodução social local. Pois, muitas das relações de produção e de trabalho efetivadas no campo lagartense estão intrinsecamente ligadas a esse processo contraditório que revela a monopolização do território pelo capital.

Os pequenos produtores locais possuem como base produtiva a família, desse modo, conseguem driblar a total expropriação e tornam-se mais resistentes às formas injustas e desiguais com que o capital atua na área. A mandiocultura ao longo dos anos tornou-se então, um elemento fundamental dessa resistência, pois, como foi verificado a maior parte dos produtores locais produzem mandioca como produto principal, como produto de consumo e abastecimento da família ou simplesmente como complemento da renda familiar na venda de excedentes. De qualquer modo, a produção de mandioca local tem auxiliado na sobrevivência dessas famílias camponesas.

É importante ressaltar que entre os produtores familiares locais, a maioria precisa vender atravessador ou nas feiras a produção in natura ou mesmo da farinha, para aqueles que ainda a produzem, para com isso, adquiriram produtos e serviços demonstrando a sua real condição frente ao capital que assim subordina a sua produção no processo de circulação.

Outro grande exemplo dessa situação se percebe quando na pesquisa de campo estes foram questionados acerca dos lucros com os resultados da produção de farinha ao final do ano agrícola e a maioria respondeu que essa renda não cobre as despesas, pois os mesmos recorrem até ao trabalho fora da agricultura, como comércio e trabalhos como pedreiros, lavadeiras, vigilantes, domésticas e muitos outros. Citam também como exemplos de complementação de renda o bolsa família, a aposentadoria e a venda de sua força de trabalho como meeiros e/ou como empreiteiros nas casas de farinha de terceiros. Alguns chegam a afirmar que nem produzem mais a farinha, pois estavam tendo muito prejuízo com a atividade e fecharam a casa de farinha como foi abordado através de figuras (gráficos) no terceiro capítulo.

O processo de sujeição do território ao capital é cada vez mais intenso. Os agricultores locais manifestam insatisfação com a quantidade de terras que possuem para produzir a mandioca, a maioria nunca teve acesso a programas públicos voltados a ações modernizantes e/ou assistência técnica, e suas rendas atuais com a produção de mandioca não é suficiente para manter a unidade produtiva tendo que recorrer sempre a inúmeras estratégias de sobrevivências.

Outra estratégia mais recente e também subordinante ao capital é a mudança em sua maioria gradual e ainda parcial, da produção de mandioca pela produção de acerola. Muitos entrevistados alegam que a rotineira instabilidade com que a tonelada da mandioca vem apresentando nos últimos cinco anos tem causado frustração e desmotivação em relação ao plantio no município de Lagarto. Muitos estão aderindo também a produção de acerola no sentido de aumentar sua renda com a agricultura, pois a venda desse produto tem saída garantida através dos atravessadores que deslocam essa matéria prima para as indústrias.

Segundo esses, além de ser um produto que requer menos custos com insumos, ao contrário da laranja por exemplo, a própria família faz a catação e a coleta para vender o produto na porta da propriedade ou esperar os atravessadores com seus transportes. Se a acerola vai passar a ser o principal produto das propriedades do município em relação à mandioca, ainda não se

sabe de fato, pois o fenômeno é recente. O que já se pode garantir através do trabalho de campo é que a produção de acerola está mesmo presente de forma complementar em muitas unidades produtivas visitadas, numa área que é hoje ainda a principal representação da mandiocultura em Lagarto[22].

Em todas as comunidades visitadas percebe-se que esses pequenos produtores tentam a todo custo resistir aos apelos monopolistas do capital. Procuram manter, por exemplo, a posse da terra com variadas formas de estratégias de sobrevivência ligadas a agricultura ou fora dela. As insatisfações com a forma como o espaço rural é organizado são muitas, tanto no que diz respeito às formas de relação de trabalho, como às formas com que o Estado regula estas relações. Mas, por enquanto este agricultor lagartense vai se mantendo na terra, apesar das injustiças sociais e desigualdades reinantes, resisti principalmente através do trabalho familiar, mesmo que isso represente uma trajetória de produção espacial permanentemente subordinante ao capital.

[22] Através do levantamento realizado em 2008 pela Secretaria Municipal da Agricultura de Lagarto a maior quantidade de casas de farinha do município fica justamente na área dos cinco municípios pesquisados. Sendo esses os que possuem os maiores índices.

VI – REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro (Cord.). **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994;

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades produtivas, In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (coord.) **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991;

ALVARENGA, Ana Bárbara Cardoso. CARVALHO, Fátima Marília Andrade de. Avaliação do Pronaf, grupo "B", em Minas Gerais. In: **Revista de Política Agrária.** Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006;

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton (org.). **Território, Globalização e Fragmentação.** HUCITEC, São Paulo, 1994.

_____. **Globalização e Geografia**. Recife: UFPE, 1996.

APL – Arranjos Produtivos Locais - Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas. **Mandioca Agreste.** PAPL/SEPLAN/SEBRAE – AL. Governo do Estado de Alagoas, 2004/2007;

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Fundação João Pinheiro – FJP/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2000;

CANSANÇÃO, Leonardo da Silva. "**Agreste de Lagarto:** em busca de uma identidade Regional". Dissertação de Mestrado, Aracaju: NPGEO/UFS, 2009;

CHAYANOV, Alexander. **La organización de La unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974;

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Ações e intervenções das políticas públicas inscritas no espaço agrário: condição de inclusão ou exclusão? In: **Anais do X Encontro de Geógrafo da América Latina**. São Paulo: USP/FFLCH, 2005, 3548-3558p;

_____.**O Novo e o Velho:** Os "Resíduos" Da Produção Familiar Camponesa. In: anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária. USP, 2003;

CORRÊA, Lobato Roberto. Espaço, um conceito Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto

Lobato. (Orgs.). **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995;

DINIZ, José Alexandre F. **Geografia da Agricultura**. 2ª Ed., São Paulo, DIFEL, 1984.

_____. **A condição Camponesa em Sergipe** – Desigualdade e persistência da Agricultura Familiar. Aracaju: NPGEO/UFS, 1996.

_____. **O Subsistema Urbano-Regional de Aracaju**. Série Estudos Regionais 15, SUDENE, Recife, 1987;

_____. ANTONELLO, Ideni Terezinha. Tamanho Limite de estabelecimentos Camponeses em Sergipe – Uma Definição Estatística Para o Uso de Dados Censitários. In: DINIZ, José Alexandre F. (Org.). **Agricultura e Pequena Produção em Sergipe.** Aracaju: NPGEO/UFS, 1996. pp: 09 – 27;

DINIZ, Diana Maria do Faro Leal. (coord.). **Textos para a História de Sergipe.** Aracaju, UFS e BANESE, 1991;

EMBRAPA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Centro-Sul de Sergipe tem nova variedade de mandioca**. 2007;

ENDAGRO/SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA. **Informações básicas municipais – Município de Lagarto,** 2008;

FAO/INCRA - **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável** - Brasília -1994;

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Transformações na Agricultura Sergipana: O Caso do Sul de Sergipe. In: **Cadernos Sergipanos de Geografia**, Nº 2, Aracaju: AGB/UFS, 1987. Geografia. São Paulo: Difel, 1987;

GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do capitalismo no Campo Brasileiro**.** In: STÉDILE, João Pedro (Cord). **A Questão Agrária Hoje.** 2ª Edição. Porto Alegre; Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994;

IBGE, Fundação. **Censo Agropecuário de Sergipe**. Rio de Janeiro, 1995/96;

IBGE, Fundação. **Censo Agropecuário de Sergipe**. Rio de Janeiro, 1985;

IBGE, Fundação. **Censo Agropecuário de Sergipe**. Rio de Janeiro, 1980;

IBGE, Fundação. **Censo Agropecuário de Sergipe**. Rio de Janeiro, 2007;

IBGE, Fundação. **Contagem da População de Sergipe**. Rio de Janeiro, 2007;

IBGE, Fundação. **Censo Demográfico de Sergipe**. Rio de Janeiro, 2010;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2001;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2002;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2003;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2004;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2005;

IBGE, Fundação. **Produção da Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro, 2005;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2006;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2007;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2008;

IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2009;

INCRA/FAO: http://www.incra.gov.b/sade/doc/Agritam.htm, 2000;

IBGE, **Enciclopédia Brasileira dos Municípios** – História do Brasil no período de 1945 a 1964;

JESUS, Givaldo Santos de. **Camponeses "Orfãos":** Farinheiros de Ribeirópolis e São Domingos-SE 1975-2005. Aracaju: Dissertação de Mestrado, NPGEO/UFS, 2006;

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Proposta Editorial: São Paulo, 1980, 329p;

LAMARCHE, Hughs (coord.); **A Agricultura Familiar**; tradução por Ângela Maria Naoko Tijiwa; Campinas; Unicamp, 1993.

LÊNIN, V. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**, São Paulo: Civita, 1980.

LIMA, José Renato de & LISBOA, Josefa. Luta de Classe no Campo: em busca dos territórios perdidos. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos**. Associação dos Geógrafos Brasileiros: Porto Alegre, 2010.
LOPES, Eliano, Sérgio Azevedo. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar do Estado de Sergipe**. NPGS/UFS, 2000.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **O Conceito de Espaço Rural em Questão**. Terra Livre, São Paulo, 2002;

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981;

_____. **O Cativeiro da Terra**. Hucitec, 1979;

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária:** Questão de Terra ou de Gente? Ed. Moderna. 1991;

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica.** São Paulo, Hucitec, 1995;

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro.** Brasiliense; Coleção Tudo é História, São Paulo, 1990;

_____. **O que é Geografia.** Brasiliense; Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1982;

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe colonial II. Rio de Janeiro**. Tempo Brasileiro, 1996;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991;

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital.** Dissertação de Mestrado. NPGEO/UFS, São Cristóvão, 2007;

PESSÕA, Vera Lúcia Salazar. Espaço Rural e Produção Agrícola: Transformações e Perspectivas da Agricultura Brasileira. In: MENEZES, Ana V. C. De. PINTO, Josefa Eliane S. de S. (Orgs.). **Geografia 2001**. Aracaju: NPGEO/UFS, 2000, pp. 75 – 94.

PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira; **Os Reflexos da Seca no Estado de Sergipe**; São Cristóvão; NPGEO/UFS, 1999.

PINTO, Milton Francisco. **Espaço, Citricultura e Trabalho Temporário no Centro-Sul de Sergipe**. 159p. Dissertação de Mestrado – POSGRAP/NPGEO/UFS, Aracaju, 1996.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **As políticas públicas e a produção do espaço agrário no território Centro-Sul de Sergipe**. CEGET, João Pessoa, 2010;

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 1998.

_____. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, João Pedro (Cord.). **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994;

SANTOS, Almir Bispo dos. **O Estado e a Organização do Espaço da Agricultura Familiar – O PRONAF em Sergipe**. 172p. Dissertação de Mestrado – POSGRAP/NPGEO/UFS, Aracaju, 2000.

SANTOS, Corália Maria dos. **Ruralidades Agrícolas e Não-Agrícolas em Lagarto**. 269p. Dissertação de Mestrado – POSGRAP/NPGEO/UFS, Aracaju, 2009;

SANTOS, Josefa de Lisboa. Associativismo no Campo: das relações em redes ao espaço da socialização política. In: **Linhas Geográficas.** Série Dissertações. Orgs. Ana Virgínia da Costa Menezes e Josefa Eliane S. S. Pinto. Editorial/NPGEO/UFS. São Cristóvão/SE, 2001;

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço; técnica e tempo razão e emoção.** São Paulo, Hucitec, edições: 1996 e 2002;

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985;

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1994;

_____. **Por Uma Geografia Nova –** Da crítica da geografia a uma geografia nova. 3ª edição, Hucitec, São Paulo, 1986;

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Industrialização:** Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999;

SEAB – AL. Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2009/2010. **Mandioca.** Departamento de Economia Rural, 2009;

SHANIN, T. **La clase incomoda***.* Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **O Que É Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos, editora Brasiliense. Brasília, 3º reimpressão, 1998;

SILVA, Rosemiro Magno da. **Assentamentos de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe 1945-1992.** Aracaju, Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, 1996;

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980;
SOUZA, Marcos Antonio. Memória sobre a Capitania de Sergipe. In: **Revista de Aracaju**. Nº 01. Aracaju. Livraria Regina, 1942, pp. 8-46;

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil:** Programas de Reforma Agrária: 1946-2003. São Paulo. Expressão Popular: 2005;

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em Geografia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA TRABALHO DE CAMPO

Nº_____ Data:_____ Povoado_____

I – Identificação do informante/família e propriedade

1. O informante é do próprio local? ( ) Sim ( ) Não

Caso negativo. Onde Nasceu?_____

Quando veio para essa área?_____

Por que veio?_____

2. O informante é:

( ) Proprietário ( ) Parceiro ( ) Arrendatário ( ) Ocupante ( ) Outros

Observações:_____

3. Como adquiriu a terra? ( ) Compra ( ) Herança ( ) Outras

4. Qual a área da propriedade?_____

5. Vive somente do trabalho no campo? ( ) Sim ( ) Não

Caso a resposta seja Não, destaque as outras fontes de renda: ( ) Aposentadoria ( ) Pensão ( ) Bolsa Família ( ) Assalariamentos ( ) Outros

6. Renda Familiar: ( ) até 1 SM ( ) de 1 a 2 SM ( ) de 3 a 5 SM ( ) acima de 6 SM ( ) (545,00)

7. A renda atende ao sustento da família? ( ) Sim ( ) Não

Observação:_____
_____

8. Cultiva em outras áreas? ( ) Sim ( ) Não

Observação:_____
_____

9. Quantos ajudam no trabalho?_____Em que tipo de atividade?_____

10. Qual o período do ano que a família mais trabalha?_____
_____

II – Estrutura e equipamentos domésticos

1. Na propriedade tem energia elétrica? ( ) Sim ( ) Não

2. Na propriedade tem água encanada? ( ) Sim ( ) Não

3. Na propriedade tem poço artesiano? ( ) Sim ( ) Não

4. Na propriedade tem casa de farinha? ( ) Sim ( ) Não

( ) Outros.

Observações:_____
_____
_____

5. Tem outros cultivos na propriedade? ( ) Sim ( ) Não. Observação_____

6. Tem criação de animais no quintal? ( ) Sim ( ) Não. Observação_____

III – Condição de exploração e utilização das terras

1. Qual a forma de utilização da terra existente na propriedade? ( ) Lavouras. ( ) Pastagens. ( ) Matas e florestas. ( ) Terras não utilizadas. ( ) Outras.

Observação:_____
_____

2. Qual o tipo de produção agrícola predominante? _____
_____

3. Houve mudança com relação ao tipo de cultivo nos últimos anos?_____

:_____

5. Onde comercializa os produtos agrícolas? ( ) Feira livre. ( ) Intermediários. ( ) Supermercado. ( ) Na propriedade. ( ) Outros.

Observação:_____
_____

6. Utiliza parte da colheita para alimentar a família? ( ) Sim ( ) Não.

7. Quanto representa essa parte utilizada do total produzido?_____

8. Quais as técnicas utilizadas: ( ) Irrigação. ( ) Adubação. ( ) Arado. ( ) Trator. ( ) Estufas. ( ) Outros.

Observação:_____
_____

9. Como obtém recursos para financiamento da produção? ( ) Cooperativa.

( ) Economia própria. ( ) Setor Público. ( ) Banco, Agência da cidade? _____

10. Recebi assistência técnica? ( ) Sim. ( ) Não. Caso sim, qual?_____

11. Participa de algum programa de assistência ao produtor rural? ( ) Sim. ( ) Não.
Observação:_____
_____
_____

12. Recebeu recursos financeiros do PRONAF? ( ) Sim. ( ) Não. Observação:_____

IV – Produção

1. Qual o cultivo principal? Qual possui a maior área plantada? _____

2. Outros cultivos? ( ) Mandioca. ( ) Milho. ( ) Mamão. ( ) Feijão. ( ) Banana. ( ) Legumes. ( ) Amendoim. ( ) Laranja. ( ) Fumo.

Observação:_____
_____
_____

3. Preço vendido é satisfatório? ( ) Sim. ( ) Não. Observação:_____

4. A produção tem aumentado ou diminuído? _____ Por quê?_____
_____

5. Utiliza alguma tecnologia empregada na produção?_____Qual(is)?_____
_____
_____
_____

6. A terra que possui é suficiente para a produção da mandioca? ( ) Sim. ( ) Não. Por quê?_____
_____

2. A produção é destinada para que fim?_____

7. Utiliza sementes selecionadas? ( ) Sim. ( ) Não. Por quê?_____

Caso utilize, Indique em quais cultivos?_____
_____

8. Usa agrotóxico? ( ) Sim. ( ) Não.

9. Caso Utilize, quais os produtos em que são utilizados? Quais os objetivos?_____
_____
_____

10. O que mudou na forma de produzir nos últimos anos?_____
_____
_____

11. As mudanças promoveram algum tipo de melhoria?_____
_____
_____

12. Tem casa de farinha? ( ) Sim. ( ) Não. Em caso negativo, onde produz a farinha?_____

13. A casa de farinha é mecanizada? ( ) Sim. ( ) Não.

14. Existe divisão de trabalho entre sexo e idade para a produção da mandioca e da farinha?_____ como?_____

_____

15. Usa somente o trabalho familiar? ( ) Sim. ( ) Não.

16. Usa trabalho assalariado?_____ Quantos?_____ para fazer o quê?_____

17. Caso use trabalho assalariado, a farinha dá lucro?_____

Justifique:_____
_____

18. Vive só da farinha ou recorre a produção de outros produtos?_____

Observação:_____
_____
_____

19. No final do ano agrícola, os resultados da produção de farinha têm dado para as despesas? _____

_____

20. Antes de se dedicar a mandioca, qual era o principal produto de sua propriedade?_____

21. Se acaso era outro produto, por que mudou? Está valendo a pena?_____
_____